

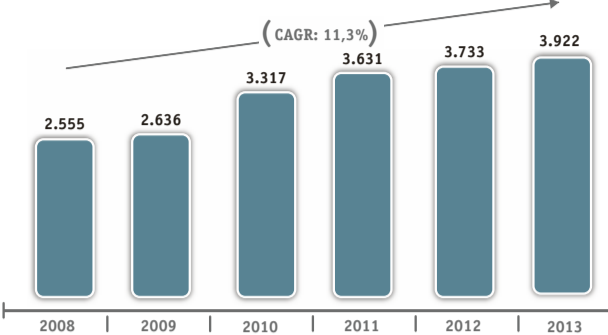


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em relação à telefonia fixa, a Companhia encerrou o ano de 2013 com 15.312 mil unidades geradoras de receitas, aumento de 2,2% em relação ao ano anterior. Há, entretanto, uma clara mudança no mix dos serviços prestados, com um aumento na representatividade de acessos de banda larga sobre linhas em serviço, que passou de 35,1% em 2012 para 36,5% em 2013.

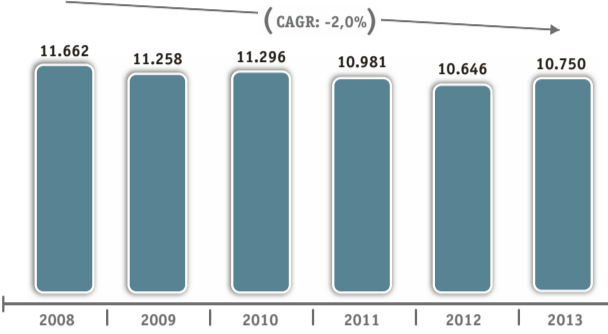
**Banda Larga** - atingiu 3.922 mil clientes ao final de 2013, crescimento de 5,1% ou 189 mil adições líquidas em relação a 2012. Essa evolução reflete a confiança dos clientes no compromisso da Companhia com a qualidade. Contribuiu para essa evolução o acesso por meio do FTTH.

Em milhares



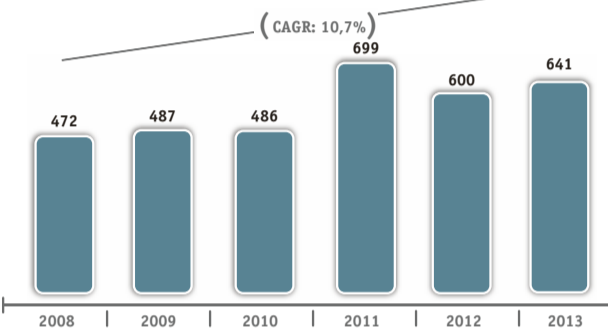
**Linhas em Serviço** - atingiu 10.750 mil clientes em 2013, incremento de 1,0% em relação a 2012, em resposta ao esforço de retomada do negócio fixo realizado durante o ano. O sucesso da nova solução de voz FWT (Fixed Wireless Terminal) contribuiu para a reversão da antiga tendência de queda do serviço.

Em milhares



**TV por assinatura** - atingiu 641 mil clientes em 2013, evolução de 6,8% em relação a 2012, resultado do lançamento dos serviços de televisão paga com destaque para as tecnologias DTH e IPTV.

Em milhares

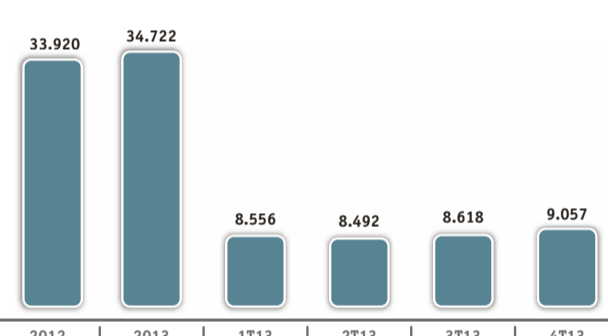


Dessa forma, a Companhia encerrou 2013 com 92.557 mil clientes, apresentando crescimento de 1,6% frente ao ano anterior e consolidando-se como a maior empresa de telecomunicações do Brasil.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

**4.1. Receita Operacional Líquida**  
Em 2013, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R\$ 34.721,9 milhões, aumento de 2,4% em comparação a 2012, quando registramos receita líquida de R\$ 33.919,7 milhões. Esse crescimento é decorrente das maiores receitas de dados e SVAs móveis, do aumento nas receitas de banda larga fixa, dados corporativos, além do aumento na venda de terminais móveis com acesso à internet. A receita está impactada pela redução dos valores da chamada fixo-móvel determinada pelo órgão regulador.

Em milhões de reais

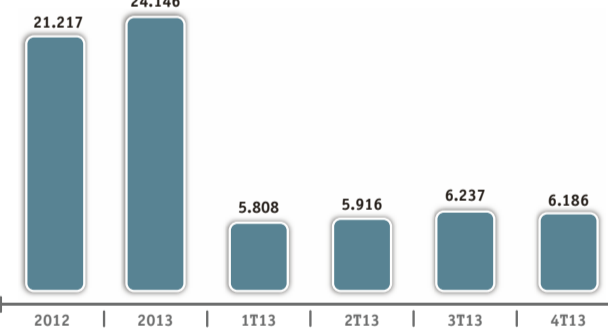


A receita operacional líquida das vendas de mercadorias foi de R\$ 1.311,1 milhões, 36,4% superior a de 2012, que foi de R\$ 960,9 milhões. Essa evolução está relacionada ao aumento da venda de aparelhos smartphones, em linha com a estratégia da Companhia de se diferenciar pela qualidade e cobertura de sua rede.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações, aumentaram 13,8%, atingindo R\$ 24.146,3 milhões em 2013 (R\$ 21.217,0 milhões em 2012). Esta variação é explicada principalmente pelos esforços comerciais realizados para a melhoria do desempenho do negócio fixo; o aumento da base móvel com foco em geração de valor; a expansão e manutenção da rede, com foco em qualidade frente ao aumento de tráfego de dados; além de eventos não recorrentes ocorridos em 2012, que reduziram a base de comparação. Quando excluímos os efeitos não recorrentes, o crescimento em custos seria de 6,7% no comparativo anual.

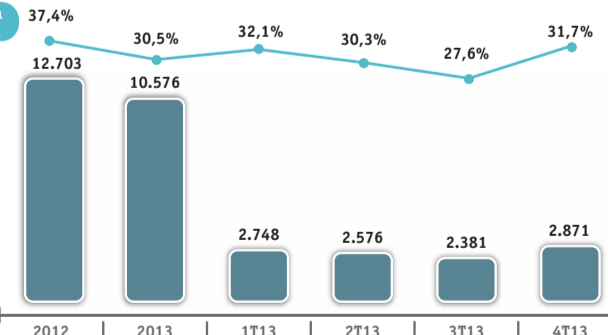
Em milhões de reais



**4.3. Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas e Equivalência Patrimonial**  
O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial consolidadas sofreu redução de 31,6%, passando de R\$ 7.210,9 milhões em 2012 para R\$ 4.932,3 milhões em 2013. Esta variação é explicada principalmente por maiores custos, associados a esforços comerciais realizados pela Companhia tanto no negócio fixo quanto no negócio móvel, pela expansão e manutenção da rede, além de eventos não recorrentes ocorridos em 2012 que impactaram positivamente o Lucro Operacional daquele ano.

O EBITDA em 2013 foi de R\$ 10.575,6 milhões, redução de 16,7% em relação aos R\$ 12.702,7 milhões de 2012. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2013 foi de 30,5%, redução de 7,0 p.p. em relação à margem de 37,4% registrada no ano anterior. Contribuíram para essa redução os esforços comerciais realizados pela Companhia em 2013, o foco em qualidade que exigiu maiores gastos com manutenção e expansão de rede fixa e móvel, além de eventos não recorrentes que impactaram positivamente o ano anterior.

Em milhões de reais



Em milhões de reais - Consolidado	2013	2012
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)	4.932,3	7.210,9
Despesas de depreciação e amortização	4.265,1	4.131,8
Em custos dos serviços prestados	862,1	927,9
Em despesas de comercialização de serviços	516,1	432,1
Em despesas gerais e administrativas	10.575,6	12.702,7
<b>EBITDA</b>	<b>10.575,6</b>	<b>12.702,7</b>
Margem EBITDA	30,5%	37,4%
a) EBITDA	10.575,6	12.702,7
b) Receita operacional líquida (*)	34.721,9	33.919,7
a)/b)	<b>30,5%</b>	<b>37,4%</b>

(\*) Vide demonstrações de resultados.

**4.5. Endividamento e Resultado Financeiro**  
**Em milhões de reais - Consolidado**

Em milhões de reais - Consolidado	2013	2012
Emprestimos e Financiamentos	(4.452,0)	(5.044,6)
Debêntures	(4.301,6)	(2.955,9)
Endividamento Total	(8.753,6)	(8.000,5)
Operações com derivativos	349,8	271,3
Endividamento após derivativos	<b>(8.403,8)</b>	<b>(7.729,2)</b>

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com dívida bruta de R\$ 8.753,6 milhões (R\$ 8.000,5 milhões em 2012) ou 20,4% do patrimônio líquido (17,9% em 2012). Os recursos captados são 15,9% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDES) e 84,1% denominados em moeda nacional.

A Companhia empresta constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, mediante a atual conjuntura do mercado, para proteger suas dívidas dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais.

**4.6. Resultado do Exercício**  
A consolidação dos resultados no exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta **Lucro Líquido** de R\$ 3.715,9 milhões em 2013 (R\$ 4.452,2 milhões em 2012), redução de 16,5% em relação ao ano anterior. O resultado de 2012, que foi impactado por eventos não recorrentes, teve efeitos positivos no EBITDA, principalmente pela venda de torres e reversão de provisão. A margem líquida de 2013 foi de 10,7%.

Em milhões de reais	2013	2012
a) Lucro líquido do exercício (*)	3.715,9	4.452,2
b) Receita operacional líquida (*)	34.721,9	33.919,7
a)/b)	<b>10,7%</b>	<b>13,1%</b>

(\*) Vide demonstrações de resultados.

**4.7. Investimentos**  
Em 2013, a Companhia investiu R\$ 6.033 milhões, valor semelhante ao investimento de 2012. Deste total, R\$ 5.582 milhões foram destinados a projetos, e R\$ 451 milhões investidos em licenças de espectro, na conversão do espectro de 1.900 MHz (adquirido em set/2007) de 2G para uso com serviço 3G. Estes investimentos sustentam a entrega do resultado atual e também são importantes para posicionar a empresa para o cenário competitivo de médio e longo prazo.

Com relação aos investimentos em projetos, parte significativa dos recursos foi alocada de forma a possibilitar o crescimento com qualidade na prestação dos serviços. Os investimentos na manutenção da qualidade de serviços e expansão da base de clientes atendida representaram 59% do total investido em 2013 (excluindo licenças).

Para atender uma sociedade cada vez mais conectada, investimentos significativos foram feitos para suportar o forte crescimento dos clientes de dados, sejam eles nos serviços de dados fixos e móveis ou em serviços de alta velocidade dedicados ao mercado corporativo.

Neste contexto, a Companhia está construindo o futuro da banda larga, expandindo a rede de fibra óptica em São Paulo, atingindo em 2013 a marca de 1,9 milhão de domicílios aptos a receber FTTH em 25 cidades. Esta expansão da rede tem sido acompanhada pela aceleração da atividade comercial com a marca de 204 mil clientes FTTH e 36 mil linhas IPTV em 2013.

O mercado corporativo de dados, construímos redes de fibra óptica dedicada a clientes corporativos em novas cidades, de modo a capturar a demanda destas localidades e atender as demandas de expansão de velocidade dos clientes atuais.

Investimos também na expansão do backbone de transmissão de dados nacional, atingindo aproximadamente 30 mil km de backbone nacional, com destaque para a interligação Belém-Manaus, concluída em agosto de 2013 e que irá incrementar de forma significativa a capacidade de dados para a região norte do país. Foram feitos investimentos importantes na manutenção e expansão do serviço de voz e internet móvel, responsáveis por parte significativa das receitas. Em 2013 mantivemos um esforço concentrado em melhorar a qualidade de sinal em diversas regiões através da construção de 1.138 novos sites em regiões já cobertas. Além disso, aceleramos a implantação do futuro da internet móvel, construindo a maior rede 4G no país, atingindo a marca de 73 municípios.

Na operação fixa, vale destacar investimentos para recuperação da rede de cobre para voz e dados (ex.: atualização tecnológica para armários multiserviços), melhorando a qualidade do serviço. Além disso, foram feitos investimentos na operação de TV paga, com a comercialização através de diferentes plataformas, viabilizando a oferta de *quadri-play* Vivo.

Investamos também em tecnologia das operações fixa e móvel em sistemas e redes de telecomunicações. Na infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento) também foram aplicados recursos significativos. Em 2013, realizamos investimentos na melhoria dos sistemas operacionais, expandimos e evoluímos na consolidação de data centers e mantivemos as iniciativas de evolução dos sistemas, com destaque a evolução do sistema pré-pago.

**5. MERCADO DE CAPITAIS**  
A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na BM&FBOVESPA sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo VIVT.

As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano de 2013 cotadas a R\$ 40,00 e R\$ 44,83, apresentando, respectivamente, desvalorização anual de 8,4% e 8,5%, frente à queda de 15,5% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$ 19,22, desvalorizando 20,2% no período, frente a uma evolução do Índice Dow Jones de 27,6%.

O volume médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R\$ 907,5 mil e R\$ 61.572,4 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US\$ 31.234,7 mil.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:



**Desempenho Ações Telefônica Brasil**  
(Base 100 em 28/12/2012)

**5.1. Política de remuneração do acionista**  
Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir com dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

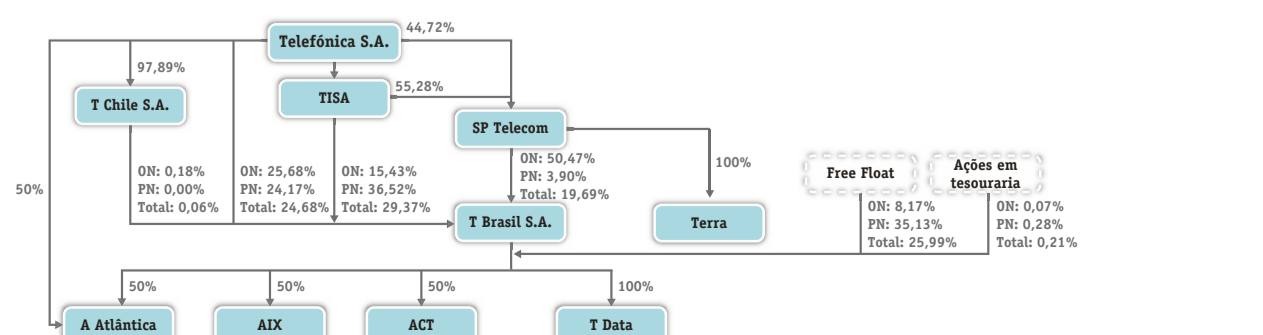
Os dividendos declarados em 2013 pela Telefônica Brasil totalizaram R\$ 5,6 bilhões, conforme relacionado na tabela a seguir.

2013	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
JSCP (base em 2013)	18/12/13	30/12/13	760,0	646,0	ON	0,634673	0,593474	14/03/2014
					PN	0,698143	0,539421	
JSCP (base em 2013)	18/10/13	31/10/13	538,0	457,3	ON	0,449283	0,381891	26/11/13
					PN	0,494212	0,420080	
Dividendos (base em 2013)	18/10/13	31/10/13	746,0	746,0	ON	0,622984	0,622984	26/11/13
					PN	0,685282	0,685282	
JSCP (base em 2013)	19/09/13	30/09/13	220,0	187,0	ON	0,183722	0,156164	26/11/13
					PN	0,202094	0,171780	
JSCP (base em 2013)	19/08/13	30/08/13	220,0	187,0	ON	0,183722	0,156164	26/11/13
					PN	0,202094	0,171780	
Dividendos (base em 2012)	16/04/13	16/04/13	1.498,8	1.498,8	ON	1,256290	1,216200	26/11/13
					PN	1,376782	1,376782	
Dividendos (base em 2012)	10/01/13	21/01/13	1.650,0	1.650,0	ON	1,377914	1,377914	18/02/13
					PN	1,515705	1,515705	

31 de dezembro de 2013	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	350.127.371 91,76%	480.624.588 64,60%	830.751.959 73,80%
Minoritários	31.208.300 8,18%	261.308.985 35,12%	292.517.285 25,99%
Tesouraria	251.440 0,07%	2.081.246 0,28%	2.332.686 0,21%
<b>Número total de ações</b>	<b>381.587.111</b>	<b>744.014.819</b>	<b>1.125.601.930</b>

**5.3. Eventos Societários**  
**Reestruturação societária envolvendo as subsidiárias integrais e controladas da Companhia**  
Visando a simplificação da estrutura organizacional da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias integrais e controladas e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral Telefônica Data S.A. (TDATA), a Companhia, em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 1º de julho de 2013, aprovou a reestruturação societária que foi realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias integrais e controladas em controladas direta ou indiretamente da Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado, prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas foram concentradas na TDATA e os serviços de telecomunicações foram unificados na Companhia. As incorporações das sociedades e parcelas cindidas foram efetuadas sem solução de continuidade em relação às operações e aos serviços de telecomunicações por ela prestados aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

6. ESTRUTURA SOCIETÁRIA



outras tecnologias não chegam. O aparelho é "plug & play" e permite conexão de vários aparelhos via Wi-Fi. Divulgando a oferta de filme para TV e outros meios como mídia impressa, internet e marketing direto, a companhia contou com 16GB por R\$ 44,90.

Na plataforma de serviços fixos para o estado de São Paulo, comunicamos prioritariamente os serviços de Internet Banda Larga. As campanhas de Vivo Internet Casa destacaram o portfólio de internet da Companhia para todos os tipos de casa, divulgando a oferta de 4 Mbps por R\$ 49,00 ao mês. Numa segunda fase, exploramos o tema "Não dá mais pra não ter internet em casa", divulgando nosso plano de 1 Mbps por R\$ 29,00 ao mês, menos de R\$ 1,00 por dia. Além disso, lançamos a Vivo TV, com tecnologia via satélite, sob o conceito "A TV que chega chegando", explorando o benefício de poder ter uma TV por assinatura onde as outras não estão presentes.

Amos os serviços também foram comunicados na campanha de Vivo Fibra. Numa primeira fase, divulgamos a Vivo Fibra sob o conceito "A TV que impressiona", com filme de lançamento, seguido de quatro filmes integrados que exploravam as quatro principais características da TV Fibra. Na segunda fase, trabalhamos a campanha com foco na Vivo Internet Fibra.

No segmento empresas, continuamos com o posicionamento "Vivo Empresas: Aqui o seu cliente é o nosso cliente" nas campanhas de produtos e serviços de pessoa, com intuito de aproximar e transmitir os atributos já estabelecidos da marca Vivo para o segmento de atuação. Fizemos uso de uma versão específica do logo da marca, representando a pequena, a média e a grande empresa, segmentos de atuação da Companhia. O desenvolvimento deste elemento criou uma identidade proprietária, que ajudou a apresentar todo o portfólio de produtos e serviços, reforçando as vantagens de qualidade e proximidade em todos os momentos da cadeia produtiva do cliente.

Por fim, fechamos o ano de 2013 com uma grande campanha de posicionamento da Companhia como a operadora móvel que oferece a maior cobertura, a rede 4G mais rápida e mais melhor com o melhor índice de desempenho entre as empresas com atuação nacional, segundo a Anatel. A campanha usou linguagem moderna e "pop" para lançar o conceito #pegabem: "Tudo que #pegabem, paga melhor com a Vivo", que visa comunicar e enfatizar a superioridade da Vivo nacionalmente, destacando os diferenciais de qualidade, cobertura e velocidade.

**Unidade de Negócios Corporativos**  
O ano de 2013 consolidou a posição de líder da Telefônica Brasil no mercado corporativo brasileiro, fruto de uma estratégia comercial convergente em fixo-móvel. Somando-se a isso, a estratégia adotada de especialização de clientes por tamanho e necessidade nos levando a um posicionamento único, com atenção segmentada a empresas de todos os portes e segmentos, potencializando o crescimento e o desenvolvimento econômico dessas empresas.

Em linhas móveis, o crescimento da planta de dispositivos móveis foi de 24%, 7 p.p. acima do crescimento do mercado. Já no mercado de telefonia fixa no estado de São Paulo, contrariando a expectativa de queda em acessos, tivemos um crescimento de 3%, consolidando a posição de liderança absoluta. Também tivemos um incremento expressivo como fornecedor de soluções de TI, alcançando um aumento de 23,5% em receitas. Na visão fixo + móvel, adicionamos mais de 1,7 milhão de acessos à nossa base, atingindo um crescimento de 18,3%. Com uma força de vendas muito mais integrada, e processos comerciais cada vez mais maduros, pudemos expandir nossa atuação em mercados em franco crescimento, como TI, M2M e Dados Móveis.

Nos serviços móveis, tivemos um expressivo crescimento na base de acessos:

- Aumentamos a penetração de pacotes de internet em terminais de 31% em 2012 para 37% em 2013, alcançando o ARPU do segmento;
- Em M2M, tivemos um crescimento de 90% da base instalada, o triplo do mercado, com capturas importantes no segmento financeiro e de gestão de frotas;
- Fomos a única operadora que cresceu em market share de M2M, aumentando nossa participação em 8,7 p.p., consolidando a segunda posição no mercado;
- Multiplicamos por 2,5 vezes a receita proveniente da venda de terminais, consolidando um novo modelo de comercialização;
- No serviço fixo, destacamos:
  - Em Grandes corporações, crescemos a receita de TI em 38%, alavancada por Serviços de Segurança, Integração de Soluções e Cloud Computing;
  - No segmento de pequenas e médias empresas, conseguimos um crescimento de 15% em serviços de Desktop Gerenciado, através do produto Solução TI;
  - Em voz fixa, tivemos um crescimento de 3% na base instalada, o triplo do mercado, com representatividade de soluções avançadas, e terminais TOIP, cuja base chegou a 33 mil rampas nessa tecnologia;
  - Também tivemos um crescimento expressivo nos terminais fixos com a tecnologia FWT fora de São Paulo, onde multiplicamos em 3,5x a base instalada;
  - Os acessos de alta velocidade, ou Ultra Banda Larga, cresceram 47%, elevando sua participação no mix de banda larga de 13% para 19%;
  - Os produtos de dados representam o segundo maior valor da operação fixa, sendo que em 2013 focamos na evolução de tecnologias de altas velocidades em São Paulo, e expansão dos anéis metropolitanos fora de São Paulo, em sete cidades: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Recife, Porto Alegre e Salvador.

Em 2014, planejamos intensificar ainda mais nossa presença em novos mercados, com atenção especial às novas tecnologias e produtos de alto valor agregado, bem como uma atuação mais forte em mercados em ascensão como TI. Dessa forma, queremos continuar ajudando empresas já estabelecidas e novos empreendedores a acelerar o desenvolvimento do nosso país.

3. DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A Telefônica Brasil e sua subsidiária integral Telefônica Data S.A. (TDATA) atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no estado de São Paulo e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A Companhia e sua subsidiária integral também possuem autorizações da Anatel para a prestação de serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de TV por assinatura, bem como serviços de valor adicionado não considerados de telecomunicações.

Em 2013, a Companhia deu continuidade à consolidação de uma rede robusta, capaz de entregar ao cliente o que ele espera. Houve avanços na migração das centrais TDM para NGN, alcançando 43% do tráfego fixo migrado, na modernização das centrais e na adaptação da infraestrutura dos data centers. Um exemplo dessa modernização é o início da implantação do projeto que permitirá a troca dos armários ópticos (ARO) para WDM.

A WDM, de forma a absorver o crescimento do tráfego de voz e dados, mantendo-se ainda mais distante da concorrência, com o crescimento agressivo da cobertura 3G, sendo líder absoluto nesse quesito. Ao final de 2013 a rede móvel cobria 3.755 municípios nas tecnologias digitais WCDMA, GSM/EDGE e CDMA. O número equivale a 67,4% do total de municípios do Brasil ou a 91,12% da população.

Para a rede 2G/GSM-EDGE, o ano encerrou-se com 645 municípios cobertos em São Paulo, 409 no Rio Grande do Sul, 465 no Paraná e Santa Catarina, 170 no Rio de Janeiro e Espírito Santo, 341 na Bahia e Sergipe, 612 em Minas Gerais, 411 na Regional Nordeste e 701 na Região Centro-Oeste e Norte, totalizando 3.754 municípios.

No final de 2013, a rede 3G/WCDMA estava presente em 531 municípios em São Paulo, 391 no Rio Grande do Sul, 372 no Paraná e Santa Catarina, 170 no Rio de Janeiro e Espírito Santo, 329 na Bahia e Sergipe, 534 em Minas Gerais, 395 na Regional Nordeste e 415 na Região Centro-Oeste e Norte, totalizando 3.137 municípios atendidos com essa tecnologia.

Importante avanço foi a expansão nacional da rede HSPA+ (ou 3GPlus, como é conhecido comercialmente) funcionando em toda a rede 3G da empresa. Essa tecnologia permite que os clientes que possuem terminais compatíveis atinjam taxas de transmissão de dados ainda mais altas, podendo chegar a três vezes o valor da taxa do 3G tradicional.

Outro importante avanço foi o lançamento da tecnologia 4G, também conhecido como LTE, em abril de 2013. E no final deste mesmo ano, a rede 4G/LTE estava presente em 23 municípios, sendo 22 no estado de São Paulo, 8 no Rio Grande do Sul, 6 no Paraná e Santa Catarina, 13 no Rio de Janeiro e Espírito Santo, 3 na Bahia e Sergipe, 4 em Minas Gerais, 10 na Regional Nordeste e 7 na Região Centro-Oeste e Norte.

O portfólio da Companhia de produtos de banda larga em xDSL tem velocidades que se iniciam em 250 Kbps podendo chegar a 25 Mbps. Através da plataforma denominada DLM ASSIA, que melhora o diagnóstico e estabilidade dos clientes, além de aumentar o índice de assertividade na recomendação de upgrade de velocidade, foram realizados mais de 410 mil upgrades durante 2013, buscando assim a fidelização da base de clientes e aumento de receita.

Vale destacar ainda o FTTH, a mais avançada tecnologia em banda larga disponível em fibra óptica, que permite que sejam atingidas velocidades de até 200 Mbps.

Em 2013, o Vivo Speedy atingiu a marca de 3,9 milhões de clientes, atendidos através de xDSL, cabo coaxial e fibra.

**Rede de distribuição**  
A Companhia encerrou o ano com 312 pontos de venda próprios para atendimento a clientes em todo Brasil, mantendo a liderança na capilaridade de lojas próprias.

Somando-se aos 11.866 pontos de sua eficiente rede de credenciados (revendas e varejo), a empresa manteve sua liderança em pontos de vendas no encerramento do ano de 2013.

Com objetivo de atender cidades estratégicas ou localidades sem presença de pontos de venda físicos, encerramos o ano com 79 parceiros (Televidas e Porta a Porta), com contagem de aproximadamente 1.150 vendedores na captação de novos clientes.

Possuímos também uma loja on-line própria e uma credenciada de e-commerce para venda de serviços por meio da internet.

Para recarga de créditos, os clientes pré-pagos do serviço móvel contaram em 2013 com cerca de 600 mil pontos de venda, entre lojas próprias, agentes credenciados, lotéricas, Correios, bancos e pequenos comerciantes, tais como farmácias, bancas de jornal, livrarias, padarias, postos de gasolina, bares e restaurantes, que são atendidos pelos distribuidores de cartões físicos da Companhia e distribuidores virtuais. Também é ofertada a recarga por cartão de crédito e débito nas máquinas Visa e Mastercard, por call center, Vivo

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**7. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários.

Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores e clientes;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, aumentar a qualidade das divulgações de informações e tornar suas práticas dos investidores, a Companhia tem instituído normas e políticas internas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas. Acredita que essas medidas beneficiam os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas adotadas, destacamos:

- (a) A implantação das seguintes normativas internas:
  - (i) Política de Divulgação de Atos e Fato Relevante: tem por objetivo estabelecer regras para divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
  - (ii) Regulamento Interno de Conduta: estabelece padrões de conduta para questões relacionadas ao mercado de valores, não somente com respeito à legislação, mas também quanto a critérios éticos e de responsabilidade profissional;
  - (iii) Normativa sobre Comunicação de Informações aos Mercados: regula os princípios básicos de funcionamento dos processos e sistemas de controle das informações a serem divulgadas ao mercado. Visa garantir a qualidade e o controle sobre tais informações, respondendo, assim, às exigências estabelecidas para essa finalidade pelas legislações dos mercados em que são negociados os valores da Companhia;
  - (iv) Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil: regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Companhia, garantindo a aplicação de práticas e políticas contábeis adequadas;
- (v) Normas de Conduta para Funcionários: normativa que fixa padrões de conduta para as pessoas que exercem cargos de responsabilidade relacionados com as finanças da Telefônica Brasil e de suas controladas, o acesso destas às informações privilegiadas e confidenciais e o padrão de comportamento a ser observado nessas situações;
- (vi) Normativa sobre Aprovação Prévia de Serviços a serem Prestados pelo Auditor Externo: estabelece critério e procedimento para a contratação de serviços dos auditores independentes, sempre com a aprovação prévia do Comitê de Auditoria e Controle. Suas disposições consideram as normas da CVM relativas à matéria, bem como a legislação americana aplicável.

- (b) A estrutura do Comitê de Administração:
  - Comitê de Auditoria e Controle;
  - Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial;
  - Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa;
  - (c) Estabelecimento, pelo Comitê de Auditoria e Controle, de procedimentos para a recepção e tratamento de denúncias relacionadas a assuntos contábeis e de auditoria (Canal de Denúncias).

As regras internas da Companhia relativas à conduta a ser adotada visando prevenir eventuais práticas contrárias à boa governança e conflitos de interesse estão definidas em normativas internas, em especial no seu Regulamento Interno de Conduta em Matérias Relativas ao Mercado de Valores Mobiliários. A Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração e qualquer outro empregado exposto à informação sensível estão sujeitos a restrições impostas por tal regulamento. Essa normativa interna define períodos de não negociação e estabelece regras para regular e/ou tratar situações de conflito de interesse.

**7.1. Relações com Investidores**

Com o objetivo de obter uma valorização justa de suas ações, a Companhia adota práticas e visam um maior esclarecimento sobre suas políticas e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas. Informações relevantes são disponibilizadas em um portal na internet ([www.telefonica.com.br/i](http://www.telefonica.com.br/i)), com versões em português e inglês. Todos os comunicados, fatos relevantes, demonstrações contábeis e outros documentos societários são arquivados nos órgãos reguladores - CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e SEC (Security Exchange Commission), nos Estados Unidos. Adicionalmente, a Companhia possui uma equipe de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou em reuniões individuais, quando solicitadas.

**7.2. Conselho de Administração**

O Conselho de Administração do Conselho de Administração da Companhia é composto de um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 17 (dezesete) membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia está composto por 12 (doze) membros, todos acionistas, sendo um deles eleito pelo voto das ações preferenciais, em votação separada, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias.

Reúne-se ordinariamente uma vez a cada três meses e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu presidente. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos, com a presença da maioria de seus membros em exercício, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade, nos casos de empate. Ao presidente cabe, ainda, representar o Conselho na convocação; convocar e presidir as reuniões do Conselho; usar o voto de qualidade, que lhe é atribuído pelo Estatuto Social; em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração e; autorizar a atribuição de atos, nos casos de urgência, referida no regulamento da apreciação do Conselho de Administração.

**7.3. Diretoria da Companhia**

A Diretoria é o órgão de representação ativa e passiva da Companhia, cabendo a ela e aos seus membros a prática de todos os atos necessários ou convenientes à gestão dos negócios sociais. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato máximo de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Segundo o Estatuto Social, a Diretoria será composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 15 (quinze) membros, acionistas ou não, residentes no país, que serão eleitos pelo Conselho de Administração. A Diretoria, atualmente, é composta de 4 (quatro) membros, sendo eleito para os seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Geral e Executivo, Diretor de Finanças, Controle e de Relações com Investidores e Secretário Geral e Diretor Jurídico.

**7.4. Normas de Conduta para Funcionários (Princípios de Atuação)**

Um dos impactos que pode exercer sobre os públicos com os quais se relaciona, a Telefônica Brasil estabeleceu princípios éticos de conduta, a fim de desenvolver suas atividades com honestidade, confiança, respeito às leis e aos direitos humanos. Os Princípios de Atuação, assim chamados, foram aprovados em 2006 e são válidos como código oficial de conduta para todas as operações do Grupo Telefônica no mundo. Acreditamos que sua legitimidade rege a forma com que atuamos e nos relacionamos, gerando maior confiança junto aos nossos públicos e maximizando o valor no longo prazo para os acionistas e a sociedade em geral. Por isso, incentivamos todos os colaboradores a conhecê-los e compartilhá-los, e investimos em parceiros e fornecedores que sigam princípios semelhantes aos nossos.

A partir da integração da Telefônica Brasil e da Vivo, os documentos de conduta ética das duas Companhias foram submetidos a uma avaliação, a fim de manter um mínimo comum de informações e normas que parariam a valer para a Companhia que estava se formando. O fruto desse trabalho passou pela aprovação do Comitê de Princípios de Atuação, formado pelas áreas corporativas de Comunicação, Recursos Humanos, Auditoria, Jurídico, Secretaria da Presidência, Relações com Investidores e Relações Institucionais. O Comitê tem o papel de tomar decisões relacionadas ao cumprimento dos Princípios de Atuação e à definição das ações de mitigação dos riscos previamente mapeados, que têm impacto direto na estratégia e na reputação da Companhia.

Todos os colaboradores da empresa têm acesso às normas que regulam processos de tomada de decisão, compras e contratações. Além disso, contam com canais confidenciais que lhes possibilitam fazer denúncias de forma anônima, buscando aconselhamento sobre questões associadas a princípios éticos.

**7.5. Conselho Fiscal**

Na Companhia, o Conselho Fiscal é mantido em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para o mandato de 1 (um) ano, sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.

Por disposição legal, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estadas necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios de qualquer natureza, verbas de representação e participação nos lucros.

O Estatuto Social estabelece que o Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes.

**7.6. Comitê de Auditoria e Controle**

Foi instituído em dezembro de 2002, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regulamento próprio aprovado por aquele órgão. De acordo com o regulamento do Comitê, o órgão será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos periodicamente dentre os membros do Conselho. O prazo de seus mandatos coincide com os respectivos mandatos no Conselho de Administração. Atualmente, o Comitê de Auditoria e Controle é composto por 3 (três) conselheiros de Administração.

Sem prejuízo de qualquer outra função designada pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Controle tem competência para informar e/ou fazer recomendações ao Conselho, quanto às matérias seguintes:

- Designação do auditor externo, as condições de sua contratação, o alcance de seu mandato profissional e, se for o caso, a renovação ou prorrogação do contrato;
  - Análise das contas da Companhia, zelando pelo cumprimento dos requisitos legais e pela correta aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos;
  - Resultados de cada auditoria interna e externa, bem como as providências da Administração em relação às recomendações da auditoria;
  - Adequação e integridade dos sistemas internos de controle;
  - Cumprimento do contrato de auditoria externa, buscando que a opinião sobre as contas anuais e os conteúdos principais do informe de auditoria sejam redigidos de forma clara e precisa;
  - Recebimento, do auditor interno, das informações sobre as deficiências significativas dos sistemas de controle e das condições financeiras detectadas.
- 7.7. Auditores Independentes**
- Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SEC/SFP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Durante o exercício de 2013, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria externa junto ao auditor independente, Directa Auditores.

**8. RECURSOS HUMANOS**

Em 2013, tivemos uma mudança no planejamento estratégico da empresa com o lançamento de nosso programa global, o BE MORE. Foi desenvolvido para apoiar os colaboradores a atingir o objetivo de transformar a Telefônica Brasil em uma Telco Digital - um provedor de serviços que oferece acesso a todas as necessidades digitais - em um plano de comunicação claro, consistente e engajador, por meio de eventos corporativos, mídias digitais, ações educacionais e de desenvolvimento.

Mantivemos nossa conexão com as práticas globais enviando mais de 42 colaboradores para programas internacionais e 85 executivos para a Universidade Corporativa em Barcelona - Espanha e mantivemos o status do programa de atração e desenvolvimento de jovens, contando com mais de 26.500 inscritos de todo o Brasil nos processos seletivos de trainee e estágios.

Nosso ICC (Índice de Clima e Compromisso) de 2013 fechou em 82%. Tal desempenho refletiu-se no reconhecimento da Companhia em prêmios de grande impacto:

- 100 Melhores Empresas para Trabalhar TI e Telecom (6º Lugar) - GPTW e Computerworld;
- 130 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil (13º lugar) - GPTW e Revista Época;
- As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar (Destaque em RH) - FIA e Revista Exame Vozé S.A.;
- As 30 Melhores Empresas para Começar a Carreira (7º lugar) - Vozé S.A. e Exame;
- As Melhores em Gestão de Pessoas 2013 (3º lugar entre os maiores de 15 mil funcionários) - Valor Carreira;
- As Melhores e Maiores (Campeã no setor de Telecomunicações) - Revista Exame.

**8.1. Interação**

Em 2013, a comunicação interna teve consolidados seus canais internos. O principal objetivo foi proporcionar a todos os colaboradores no Brasil acesso simultâneo às mesmas informações. Os colaboradores recebem uma newsletter diária, o "Conectados Informativo", além do "Conectados Executivo", comunicado eletrônico destinado aos executivos. Todas as notícias e informações da empresa estão disponíveis no "Conectados Intranet" e, para reforçar as mensagens de mercado e veiculá-las internamente, foi lançado o "Conectados TV" nos principais prédios da empresa.

O Conectados Intranet tornou-se o principal agregador de informações internas e novas funcionalidades foram desenvolvidas tendo como premissa a colaboração dos nossos profissionais na geração de conteúdos. No ano, tivemos uma média de 166 matérias publicadas nas Intranets com 88.932 visualizações por mês. Ao longo do ano, os colaboradores foram estimulados a publicar posts em suas próprias redes sociais (Facebook e 85 executivos para a Universidade Corporativa em Barcelona - Espanha e mantivemos o status do programa de atração e desenvolvimento de jovens, contando com mais de 26.500 inscritos de todo o Brasil nos processos seletivos de trainee e estágios.

**8.2. Remuneração**

A Companhia adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado. O objetivo é atrair e reter os melhores profissionais em um segmento muito competitivo e reconhecer o desempenho individual de acordo com o cumprimento de metas e resultados alcançados. Os programas de remunerações variáveis e ampla variedade de benefícios complementam o pacote de remuneração total. O conceito de remuneração total tem como propósito pagar salário nominal na média do mercado composta pelas empresas que mais agressivamente remuneram seus empregados. Em 2013, 3.280 profissionais foram promovidos e 3.711 foram contemplados no processo de revisão salarial (alterações salariais).

**8.3. Programas de desenvolvimento**

Em 2013, o planejamento interno teve consolidada sua transformação, aliado aos desafios da empresa, desenvolver e preparar a equipe para manter a liderança e a sustentabilidade do negócio são imprescindíveis. Assim, continuamos os investimentos em ações de desenvolvimento e programas de educação que contribuem para a instalação da cultura organizacional e das competências essenciais para o negócio, envolvendo toda a rede de profissionais efetivos e parceiros.

Em 2013, foram investidos R\$ 47,4 milhões em educação, envolvendo mais de 400 mil participações de colaboradores, efetivos e parceiros, em um total de aproximadamente 1 milhão de horas de treinamentos, somados entre presenciais e on-line.

As principais ações educacionais tiveram como foco o desenvolvimento das lideranças, temas corporativos e específicos das áreas de negócio, formação técnica e subsídios a cursos de especialização e idiomas. Concluímos o programa Vozé - Liderança instrumentalizada para nossos executivos com foco em gestão de pessoas, oferecendo o coaching para mais de 40 executivos que tiveram novos desafios em suas atividades. Reforcamos o papel da educação digital através do portal e promovendo a integração dos colaboradores e possibilitando que cada um seja protagonista de seu desenvolvimento. Implementamos um novo modelo de ambientação para novos ingressantes da organização e iniciamos um processo de revisão da identidade organizacional fortalecendo a cultura da empresa, realizando Workshops de Alinhamento e Pactuação com todos os diretores da empresa.

O compromisso da empresa junto aos colaboradores é promover um ambiente de colaboração, integração e potencial, em que as pessoas sejam capacitadas e estimuladas a atuar com autonomia, exercendo ao máximo seu conhecimento, em construindo uma cultura que torne a organização cada vez mais adaptável e inovadora.

**8.4. Benefícios**

Em 2013, a Companhia investiu mais de R\$ 330 milhões em benefícios para os seus profissionais.

- R\$ 160 milhões em gastos com saúde (saúde assistencial e ocupacional), oferecendo um dos melhores planos de saúde do mercado, O PLAMELT (Plano de Assistência Médica Telesp);
- R\$ 146 milhões em benefícios de refeição e alimentação;
- R\$ 1,6 milhão em seguro de vida para os profissionais (18.532 empregados/dez13);
- R\$ 10,4 milhões investidos em auxílio-creche ou auxílio-babá, beneficiando profissionais pais ou mães;
- R\$ 12,2 milhões investidos em vale-transporte (média de 6.214 profissionais/mês);
- Convênios com entidades ligadas ao segmento de telecomunicações e à Sociedade, como: ABET (Associação Beneficente dos Empregados em Telecomunicações), CooperTel (Cooperativa de Crédito dos Empregados do Grupo Telefônica) e o grêmio Telesp Clube.

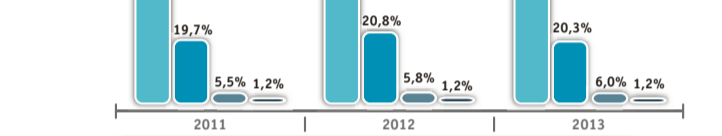
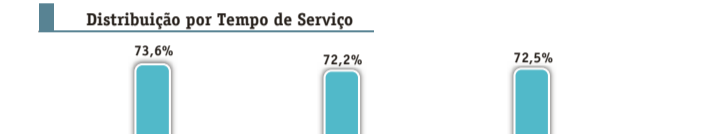
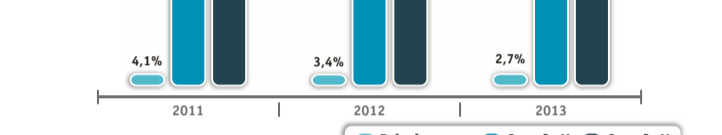
Além dos benefícios e indícios, são oferecidos ainda planos de Previdência Privada em que a Companhia também contribui, em percentual estabelecido, a favor dos profissionais.

A Diretoria de Promoção à Saúde é composta por uma equipe multidisciplinar das áreas de Saúde e Segurança, que atuam em todo o território nacional com estrutura de 14 ambulatórios nas principais capitais do Brasil, promovendo atendimento aos colaboradores em seu local de trabalho, de forma personalizada e qualificada. Espaço devidamente equipado, com equipe médica e de enfermagem que prestam assistência integrada. A criação do Programa de Qualidade de Vida "Bem Perto" assina a comunicação das ações e programas próprios da Diretoria de Promoção à Saúde.

Uma ação de sucesso foi o banco de doação de sangue realizada internamente nos prédios administrativos, contribuindo para a criação de um banco de doadores. Essa foi uma iniciativa em parceria com a Fundação Pró-Sangue, atraindo diversos voluntários e ampliando a ação em outras localidades pelo Brasil. Nesta mesma linha, apoiamos a campanha para a prevenção do câncer de mama - "outubro rosa". Trouxemos médicos mastologistas, cirurgiões plásticos e ginecologista para realizar um debate sobre o tema.

Os pilares de atuação dos programas de promoção à saúde da Diretoria são:

- Cuidar: desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Acolher: desenvolvimento de ações que estimulam a integração entre as pessoas e suas famílias e promovem bem-estar e humanização;
- Proteger: desenvolvimento de ações voltadas à promoção do comportamento seguro e à prevenção de acidentes;
- Nosso Clube: tem como objetivo promover saúde, cultura e lazer, voltados para toda a família.



Do quadro de Diretores, 29% são mulheres.

**9. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

Para a Telefônica Brasil, mais importante que alcançar seus objetivos de negócio, é o "como" fará para chegar lá. A Companhia acredita que pode transformar a vida das pessoas por meio de suas tecnologias, entregando educação, saúde e bem-estar. Além disso, pratica uma gestão responsável de seus ativos, com a implantação de projetos que reduzam o impacto de sua operação ao meio ambiente e às sociedades, com o compromisso com seus colaboradores e fornecedores, e exercendo uma relação transparente com seus acionistas e investidores.

A Companhia investe para oferecer aos seus clientes a melhor experiência possível com seus produtos e serviços. Para que isso seja alcançado, possui uma aliança estratégica com fornecedores e empresas parceiras, por acreditar que eles têm um papel fundamental no desenvolvimento do seu negócio, oferecendo parcerias de capacitação e mantendo checkagens regulares de sua atuação.

A Telefônica Brasil apoia projetos que combatem o trabalho infantil, promovem a inclusão digital e estimulam o voluntariado, as ações sociais e a cidadania. Sempre contando com o suporte da tecnologia.

Em 2013, a Telefônica Brasil permaneceu integrada ao grupo da nona carteira - composta por 51 ações de 46 companhias, inseridas em 18 setores da economia - do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA. A conquista reflete o seu compromisso com a sustentabilidade, bem como a trajetória que a empresa tem trilhado de melhores práticas de governança corporativa, responsabilidade ambiental e respeito às comunidades.

Também em 2013 a empresa entrou para o Guia Exame de Sustentabilidade, um importante prêmio em que a Editora Abril, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, identifica, avalia e reconhece as empresas brasileiras com as melhores práticas sustentáveis do ano.

**9.1. Meio Ambiente**

A Telefônica Brasil reconhece a importância de adotar uma política ambiental que defina o posicionamento da Companhia frente aos inúmeros desafios no combate às mudanças climáticas e que a oriente na adoção de práticas que atendam às legislações ambientais e a minimização dos impactos de sua operação. Por isso, todas as operações do Grupo Telefônica se pautam por dez compromissos, que formam a Política Ambiental da empresa, aprovada em 2009. São eles:

1. Garantir o cumprimento das leis vigentes e de todos os compromissos voluntários assumidos pela Telefônica em matéria de meio ambiente nos países onde opera; e adotar, de forma complementar e conforme o princípio de precaução, normas e diretrizes internas mais restritivas nos casos em que não há um desenvolvimento adequado da legislação ambiental;
2. Implantar sistemas de gestão ambiental que previnam ou reduzam os eventuais impactos negativos das atividades e infraestruturas da empresa no meio ambiente, identificando e disseminando as melhores práticas em todo o Grupo;
3. Aplicar a melhoria contínua em toda a organização, a partir da avaliação sistemática e periódica do desempenho ambiental por meio de um índice específico e do estabelecimento de objetivos ambientais;
4. Usar sustentavelmente os recursos naturais, promovendo a compra de produtos cuja origem e fabricação sejam mais amigos do meio ambiente; minimizando o consumo de matérias primas e a geração de resíduos; e fomentando a reciclagem, a recuperação de materiais e o tratamento adequado de resíduos;
5. Transmitir a cadeia de fornecedores e provedores de serviços os procedimentos e requisitos ambientais relativos à sua atividade com o Grupo Telefônica e assegurar o cumprimento dos mesmos;
6. Estabelecer os processos necessários para garantir a comunicação, a sensibilização e a formação em matéria ambiental dos colaboradores do Grupo;
7. Tornar público anualmente o comportamento ambiental da organização, incluindo os indicadores mais relevantes e os objetivos alcançados;
8. Ajudar a combater as mudanças climáticas por meio da redução interna de gases de efeito estufa e do desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para que outros setores possam reduzir suas emissões;
9. Promover a criação de serviços de telecomunicações que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade;
10. Trabalhar com outras organizações na busca de formas de desenvolvimento mais sustentáveis.

O consumo de energia da Companhia é utilizado em grande parte para alimentar os equipamentos e as redes de comunicação e responde por aproximadamente 80% de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). Por isso, a empresa trabalha constantemente para reduzi-lo. Até 2015, pretende abater 30% de seu consumo energético global nas redes de telecomunicações e 10% nos escritórios, em comparação a 2007.

Além disso, a Companhia assumiu o compromisso global de redução de 30% em suas emissões diretas e indiretas de gás carbônico equivalente (CO2e) até 2020, em relação a 1,7 milhão de toneladas de 2010, medidas por acesso de cliente equivalente.

A fim de cumprir este último compromisso, a Telefônica Brasil trabalha nas seguintes frentes:

- Melhorar a eficiência energética da rede com projetos de redução de consumo de energia, que representam 85% das emissões de CO2e;
- Diminuir o consumo de combustíveis fósseis em geradores, substituindo-os por fontes de energia mais eficientes e limpas;
- Em frota, utilizar veículos híbridos, de menor impacto ambiental, e melhorar sua gestão, diminuindo os quilômetros percorridos;
- Potencializar a geração de energias renováveis onde a eletricidade é de difícil acesso.

**9.1.1. Mudanças Climáticas**

A Telefônica Brasil segue seu trabalho em conjunto com as áreas de operações, compras e recursos humanos para fomentar sua eficiência energética e reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) em seus processos. Essa estrutura de atuação torna mais ágil a implantação das iniciativas e ações, de forma natural, estratégias institucionais, operacionais e de negócio.

Desde 2007, a Companhia elabora seu inventário de emissões de GEE, de acordo com o modelo global *Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)*, a fim de desenvolver uma sistemática de controle de indicadores energéticos e de emissões que lhe permita realizar o acompanhamento dos mesmos e propor objetivos quantificáveis, como a redução das emissões de gases de efeito estufa em sua operação. Por essa metodologia, é possível conhecer especificamente as emissões de GEE controladas diretamente pela empresa.

Para atingir a excelência na gestão da energia e de emissão de carbono de sua operação, é fundamental que todo esse processo seja verificado por auditoria externa, garantindo a veracidade e adequação de todas as informações ao GHG Protocol.

É por isso, e por haver reportado de forma mais abrangente toda a sua operação, que a Telefônica Brasil recebeu em 2013, de forma inédita, a certificação Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. Até 2012, era certificada com o selo Bronze.

**Vivo Clima**

O aquecimento global, o crescimento descontrolado das cidades e as fortes chuvas são alguns fatos que têm contribuído para o aumento de desastres naturais no Brasil ao longo dos anos. O monitoramento e a emissão de alertas de deslizamentos de encostas e de inundações e enxurradas que afetam a população brasileira são realizados pelo Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para que o monitoramento seja eficaz e confiável, o Cemaden e a Telefônica firmaram um acordo que prevê a instalação de 1.500 pluviômetros em escolas, edifícios do governo federal e estações rádio base da Vivo. Através da plataforma M2M Vivo Clima, os dados sobre as chuvas em áreas de risco são reportados ao Cemaden em tempo real por meio da tecnologia 3G/GPRS.

A conectividade dos chips de M2M é gerenciada pela plataforma Smart Center, permitindo a identificação e reparação imediata de qualquer falha de conexão. Ao final de 2013, já haviam sido instalados 988 pluviômetros pelo território nacional.

**Suave Bué**

A Telefônica Brasil tem buscado incluir aspectos sustentáveis nos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para edifícios e setores de transporte, entre outros. A estratégia global de inovação da Companhia tem como objetivo transformar em realidade as possibilidades oferecidas pelo mundo digital. Para isso, tem trabalhado a fim de identificar novos produtos e serviços verdes, e investido em processos de inovação destinados à eficiência energética, principalmente baseada em M2M.

A empresa implantou a tecnologia *High Speed Packet Access (HSPA)*, em parceria com a Ericsson, em transportes públicos de Curitiba, no Paraná. A iniciativa levou conexão 3G aos ônibus recarregando o sistema em qualquer estação de ônibus, garantindo-lhes mais segurança e privacidade. A população passou a ter informações sobre educação, segurança, saúde e outros serviços públicos dentro dos ônibus, além de receber, em tempo real, o período que falta para chegar ao seu ponto de destino. Todos os ônibus integrados ao sistema são monitorados, permitindo também aos motoristas dos veículos trocar trajetos mais curtos, que gerem maior conforto aos usuários. O projeto ainda de facilitar a vida a dia da população ajuda o meio ambiente, pois com o gerenciamento de frota é possível reduzir a emissão de CO2.

**9.1.2. Construções sustentáveis**

A Telefônica Brasil investe em infraestruturas "green building", construções que visam a minimização dos impactos ambientais gerados na fase de construção e operação, além da melhor qualidade na saúde dos seus usuários.

**Data Center Tamboré**

Desde o início, o moderno Data Center Tamboré foi concebido para ser sustentável. Em sua construção, com madeiras certificadas e captação de água de chuva para utilização em sanitários e limpeza em geral, foi o primeiro projeto da América Latina a receber a certificação internacional LEED Gold. Outorgada pela U.S. Green Building Council (USGBC), organização não governamental norte-americana que colabora com o desenvolvimento da indústria de construção sustentável no mundo, o LEED (sigla de *Leadership in Energy and Environmental Design*) é hoje o sistema de certificação ambiental de edificações mais reconhecido internacionalmente.

Geralmente, metade da energia gasta em TI é utilizada em iluminação e refrigeração. Por isso, o Data Center Tamboré conta com sistemas e equipamentos que consomem 40% menos energia que os tradicionais. Além disso, utiliza lâmpadas de LED, sensores de presença e ar condicionado controlado por ambiente e com programação horária, o que nos auxilia a atingir o máximo de eficiência energética no edifício.

A estrutura tem telhas brancas, que reduzem o consumo de energia ao diminuir a carga térmica do prédio, e pisos claros na área de estacionamento, que reduzem a absorção do calor. Essa combinação evita o fenômeno chamado "ilha de calor", que ocorre a partir da elevação da temperatura de uma área urbana se comparada a uma zona rural.

**Lojas**

A Telefônica Brasil busca proporcionar uma melhor experiência de compra por meio de inovação, qualidade, conforto, acessibilidade e sustentabilidade em suas lojas próprias.

Esse último aspecto tem recebido cuidados especiais. Atualmente, há 13 lojas construídas atendendo a critérios de sustentabilidade, dentre os quais se destacam:

- Pisos sintéticos fabricados com cerca de 67% de material reciclado;
- Móveis feitos com madeira certificada;
- Expositores produzidos a partir de plásticos reciclados;
- Iluminação com lâmpadas LED, que consomem até 85% menos que outros tipos;
- Comunicação digital que reduz a quantidade de impressões e contribui para a economia de itens como papel e tinta, entre outros detalhes.

**Eco Berrini** tornou-se edifício-sede da empresa em fevereiro de 2013 e congrega hoje mais de 5 mil colaboradores. Ele recebeu em 2012 o maior nível de certificação em aspectos de construção sustentável, o LEED Platinum.

**Site Sustentável**

Para que a Telefônica Brasil possa chegar a mais lugares com suas redes e conectar as pessoas com qualidade ainda melhor, é necessário ampliar sua infraestrutura, mas sem interferir negativamente nos espaços urbanos. Para isso, investe em projetos inovadores, como o site sustentável. Essa alternativa permite a substituição de torres metálicas por uma infraestrutura semelhante à de um poste de iluminação, na qual a maior parte dos equipamentos é instalada abaixo do solo, reduzindo assim o impacto visual. A nova solução, 100% nacional, é desenvolvida pela equipe de engenharia da Telefônica Brasil e atende às características de tecnologia 4G, no sentido de oferecer um serviço mais eficiente e com mais qualidade.

O site sustentável apresenta uma série de vantagens ambientais: não emprega nenhum gás nocivo, previne furto de equipamento e corrosão causada pela salinidade graças à sua localização e, como não tem motor gerador, não utiliza diesel.

**9.1.3. Logística Reversa**

O programa Recicla Seu Celular é um dos principais projetos que trazem o compromisso da Telefônica Brasil com o tema de resíduos sólidos. A iniciativa, que surgiu em 2006, tem o objetivo de coletar aparelhos celulares, baterias e acessórios para serem reciclados e reutilizados em novos produtos.

Iniciado como projeto piloto em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, o programa hoje abrange todo o país, com mais de 3,4 mil pontos de coleta (lojas próprias e revendas) e já recolheu mais de 3,3 milhões de itens, e cerca de um milhão de aparelhos celulares.

O material coletado é enviado para um centro de armazenamento no estado de São Paulo, onde é separado a triagem dos materiais e, em seguida, é remetido para os Estados Unidos, onde é reciclado. Os aparelhos celulares são compostos por diversos componentes que podem ser separados e reutilizados para outros fins. Em 2013, foram arrecadados 135.834 mil itens entre aparelhos e acessórios. Entre o período 2007 e 2013, já foram coletados cerca de 1 milhão de aparelhos e 3 milhões de itens.

**Coleta Seletiva**

Implantado desde 2011, o Programa de Coleta Seletiva tem o objetivo de descartar adequadamente os resíduos gerados nos prédios administrativos da Telefônica Brasil e incentivar que seus colaboradores levem a prática para em seus próprios lares. Cerca de 15 mil colaboradores já foram envolvidos em 17 edifícios em todo o Brasil.

**9.2. Investimento social**

A Fundação Telefônica, braço social da Telefônica Brasil, iniciou em meados de 2011 a absorção do Instituto Vivo. Como decorrência disso, expandiu suas atividades para todo o território nacional (até então, estavam concentradas no estado de São Paulo).

Presente na Espanha e em outros 13 países da América Latina, a Fundação Telefônica instalou-se no Brasil em março de 1999 e, desde então, já desenvolveu centenas de projetos que beneficiaram milhares de pessoas no país. Sua missão é contribuir para a construção do futuro das regiões onde a Telefônica Brasil está presente, estimulando o desenvolvimento social a partir da educação e da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Durante o ano de 2013, a Fundação Telefônica investiu

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>ATIVO</b>										
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>15.632.730</b>	<b>6.519.024</b>	<b>15.936.633</b>	<b>16.209.181</b>	<b>13.862.290</b>	<b>5.910.070</b>	<b>13.768.244</b>	<b>13.536.792</b>	<b>12.140.699</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.311.293	3.079.282	6.543.936	7.133.485	4.277.067	2.057.780	4.314.003	4.162.252	4.955.277
Contas a receber, líquidas	6	5.541.029	2.150.724	5.802.859	5.546.938	6.948.957	2.191.047	6.914.009	5.889.068	6.038.149
Estoques	7	2.168.797	602.328	2.191.962	2.052.421	1.269.105	529.055	1.315.164	1.270.122	1.691.737
Tributos a recuperar	8.1	469.586	242.403	505.615	387.809	1.236.784	756.371	1.236.784	1.270.122	1.000.082
Depósitos e bloqueios judiciais	9	204.165	-	204.165	126.625	286.929	702.215	286.929	702.215	468.624
Operações com derivativos	36	89.499	39.197	89.499	41.109	1.187.556	467.831	1.187.556	467.831	972.986
Despesas antecipadas	10	254.743	26.610	257.286	248.337	561.403	334.852	561.403	496.790	416.313
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	60.346	394.105	1.140	772	44.463	8.747	44.463	29.586	51.162
Outros ativos	11	533.272	198.445	340.171	671.317	812.843	69.743	817.551	734.573	761.268
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>53.982.379</b>	<b>51.067.347</b>	<b>53.604.442</b>	<b>54.041.911</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>43.330.785</b>
Aplicações financeiras em garantia	5	106.239	23.920	106.455	109.708	389.220	345.953	389.220	389.510	389.953
Contas a receber, líquidas	6	160.478	-	257.086	93.378	95.768	-	95.768	994.977	-
Tributos a recuperar	8.1	368.388	549.225	368.388	738.965	602.195	298.776	487.994	364.618	454.898
Tributos diferidos	8.2	-	-	210.294	1.027.888	12.852.377	6.991.251	12.878.389	12.033.180	9.417.077
Depósitos e bloqueios judiciais	9	4.123.584	3.068.256	4.148.355	3.909.268	52.252	13.179	18.698	13.224	15.160
Operações com derivativos	36	329.652	21.465	329.652	286.378	17	52.252	75.074	488.749	433.071
Despesas antecipadas	10	24.879	16.720	25.364	31.396	722.634	1.216.651	722.634	1.216.651	788.954
Outros ativos	11	127.567	75.877	127.793	92.308	3.215.156	582.422	3.215.156	3.774.461	3.968.513
Debentures	18.1	4.014.686	2.253.690	4.014.686	2.253.690	4.014.686	2.253.690	4.014.686	2.253.690	787.807
Provisões	20	4.042.789	2.457.632	4.062.410	3.383.395	24.879	3.733	24.879	26.545	78.369
Operações com derivativos	36	24.807	3.733	24.807	3.733	252.351	39.022	253.661	303.362	156.266
Receitas diferidas	21	18.849	17.792	18.849	17.792	370.351	372.368	370.351	392.769	308.893
Obrigações com planos de benefícios pós-emprego	22	14.653	22.497	12.912	12.912	42.894.442	44.681.120	42.894.442	44.681.120	43.330.785
Outras obrigações	25	12.852.377	6.991.251	12.878.389	12.033.180	42.894.442	44.681.120	42.894.442	44.681.120	43.330.785
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.862.290</b>	<b>5.910.070</b>	<b>13.768.244</b>	<b>13.536.792</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>43.330.785</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>13.862.290</b>	<b>5.910.070</b>	<b>13.768.244</b>	<b>13.536.792</b>	<b>13.862.290</b>	<b>5.910.070</b>	<b>13.768.244</b>	<b>13.536.792</b>	<b>12.140.699</b>
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	427.067	205.780	431.003	416.252	15	427.067	205.780	431.003	416.252
Fornecedores	16	6.948.957	2.191.047	6.914.009	5.889.068	16	6.948.957	2.191.047	6.914.009	5.889.068
Impostos, taxas e contribuições	17	1.269.105	529.055	1.315.164	1.270.122	17	1.269.105	529.055	1.315.164	1.270.122
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	18.1	1.236.784	756.371	1.236.784	1.270.122	18.1	1.236.784	756.371	1.236.784	1.000.082
Debentures	18.2	286.929	702.215	286.929	702.215	18.2	286.929	702.215	286.929	468.624
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	1.187.556	467.831	1.187.556	467.831	19	1.187.556	467.831	1.187.556	467.831
Provisões	20	561.403	334.852	561.403	496.790	20	561.403	334.852	561.403	416.313
Operações com derivativos	36	44.463	8.747	44.463	29.586	36	44.463	8.747	44.463	51.162
Receitas diferidas	21	812.843	69.743	817.551	734.573	21	812.843	69.743	817.551	761.268
Grupamento de frações de ações	22	389.220	345.953	389.220	389.510	22	389.220	345.953	389.220	389.953
Licença de autorização	25	95.768	-	95.768	994.977	25	95.768	-	95.768	994.977
Outras obrigações	22	602.195	298.776	487.994	364.618	22	602.195	298.776	487.994	454.898
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.852.377</b>	<b>6.991.251</b>	<b>12.878.389</b>	<b>12.033.180</b>	<b>12.852.377</b>	<b>6.991.251</b>	<b>12.878.389</b>	<b>12.033.180</b>	<b>9.417.077</b>
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	18.698	13.224	18.698	15.160	15	18.698	13.224	18.698	15.160
Impostos, taxas e contribuições	17	52.252	30.057	75.074	488.749	17	52.252	30.057	75.074	433.071
Tributos diferidos	8.2	722.634	1.216.651	722.634	1.216.651	8.2	722.634	1.216.651	722.634	788.954
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	18.1	3.215.156	582.422	3.215.156	3.774.461	18.1	3.215.156	582.422	3.215.156	3.968.513
Debentures	18.2	4.014.686	2.253.690	4.014.686	2.253.690	18.2	4.014.686	2.253.690	4.014.686	2.253.690
Provisões	20	4.042.789	2.457.632	4.062.410	3.383.395	20	4.042.789	2.457.632	4.062.410	3.453.637
Operações com derivativos	36	24.807	3.733	24.807	3.733	36	24.807	3.733	24.807	26.545
Receitas diferidas	21	18.849	17.792	18.849	17.792	21	18.849	17.792	18.849	17.792
Obrigações com planos de benefícios pós-emprego	22	14.653	22.497	12.912	12.912	22	14.653	22.497	12.912	12.912
Outras obrigações	25	12.852.377	6.991.251	12.878.389	12.033.180	25	12.852.377	6.991.251	12.878.389	12.033.180
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>42.894.442</b>	<b>44.681.120</b>	<b>43.330.785</b>
Capital social	23	37.988.110	37.798.110	37.988.110	37.798.110	23	37.988.110	37.798.110	37.988.110	37.798.110
Reservas de capital	23	2.686.897	2.686.897	2.686.897	2.686.897	23	2.686.897	2.686.897	2.686.897	2.719.665
Reservas de lucro	23	1.287.496	1.100.000	1.287.496	1.100.000	23	1.287.496	1.100.000	1.287.496	877.322
Premio na aquisição de participação de acionistas não controladores	23	(70.448)	(70.448)	(70.448)	(70.448)	23	(70.448)	(70.448)	(70.448)	(29.929)
Outros resultados abrangentes	23	16.849	17.792	16.849	17.792	23	16.849	17.792	16.849	7.520
Dividendo adicional proposto	23	1.175.538	3.148.769	1.175.538	3.148.769	23	1.175.538	3.148.769	1.175.538	1.953.029
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-		-	-	-	5.068
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>69.615.109</b>	<b>57.582.441</b>	<b>69.541.075</b>	<b>70.251.092</b>	<b>69.615.109</b>	<b>57.582.441</b>	<b>69.541.075</b>	<b>70.251.092</b>	<b>65.488.561</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>23.189.261</b>	<b>12.883.541</b>	<b>34.721.897</b>	<b>33.919.656</b>
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(12.452.247)	(7.716.553)	(17.542.167)	(16.557.444)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>10.737.014</b>	<b>5.166.988</b>	<b>17.179.730</b>	<b>17.362.212</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(6.421.993)</b>	<b>(12.127)</b>	<b>(12.302.606)</b>	<b>(10.150.704)</b>
Despesas com comercialização	122	(6.591.404)	(3.094.834)	(9.686.170)	(8.693.696)
Despesas gerais e administrativas	12	(1.313.365)	(695.824)	(2.177.891)	(2.145.308)
Resultado de operação patrimonial	27	1.913.508	3.995.228	(55.150)	588
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28	(430.372)	(326.697)	(383.395)	(687.712)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>		<b>4.315.021</b>	<b>5.044.861</b>	<b>4.877.124</b>	<b>7.211.508</b>
Receitas financeiras	29	1.243.109	534.786	1.748.277	1.281.105
Despesas financeiras	29	(1.512.178)	(677.478)	(1.963.037)	(1.572.369)
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>4.045.952</b>	<b>4.902.169</b>	<b>4.662.364</b>	<b>6.920.244</b>
Imposto de renda e contribuição social	30	(330.007)	(448.596)	(946.419)	(2.468.063)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.715.945</b>	<b>4.453.573</b>	<b>3.715.945</b>	<b>4.452.181</b>
<b>Atribuíveis a:</b>					
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	(1.392)
Participação de acionistas controladores		3.715.945	4.453.573	3.715.945	4.453.573
Lucro básico e diluído por ação - ordinária		3,10	3,72	3,10	3,72
Lucro básico e diluído por ação - preferencial		3,41	4,09	3,41	4,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>3.715.945</b>	<b>4.453.573</b>	<b>3.715.945</b>	<b>4.452.181</b>
Perdas não realizadas em investimentos financeiros		(4.766)	(5.862)	(13.466)	(5.536)
Tributos		13.466	1.882	4.578	1.882
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		(8.888)	(3.654)	(8.888)	(3.654)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		11.525	5.731	11.525	5.731
<b>em exercícios subsequentes</b>		<b>2.637</b>	<b>2.077</b>	<b>2.637</b>	<b>2.077</b>
Ganhos (perdas) atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários		18.993	(83.309)	21.612	(69.782)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

A seguir, de acordo resumidamente as etapas das cisões e incorporações das sociedades envolvidas no processo de reestruturação societária da Telefônica Brasil S.A. (Telefônica Brasil), a partir da incorporação da Lemontree Participações S.A. (Lemontree), GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T), Ajusto Telecomunicações Ltda (Ajusto), Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV) e TVA Sul Paraná S.A. (TVTA) pela TST; imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, mas na mesma data, a TST incorporou sua controlada Ajato e as sociedades Lemontree e a GTR-T, subsidiárias integrais da Companhia e as respectivas controladas destas, Sul Paraná e CaTV. Estas sociedades foram avaliadas nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da TST e sua incorporação acarretou um aumento de capital de R\$ 102.512 na TST, nos termos do Protocolo de Incorporação destas sociedades e da própria TST. Com as incorporações pela TST, a Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná foram extintas. Exceto pela Companhia e pela própria TST, as sociedades mencionadas acima não possuíam qualquer ativo ou passivo, e, portanto, a incorporação destas sociedades não acarretou qualquer direito de reembolso ou proteção a acionistas não controladores das sociedades envolvidas.

Incorporação da TST pela Companhia: A TST foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013. Considerando a incorporação da Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná pela TST imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, o valor total do acervo líquido da TST (correspondente à soma dos acervos líquidos da própria TST e os acervos líquidos das sociedades por ela incorporadas), incorporado pela Companhia foi de R\$ 226.106.

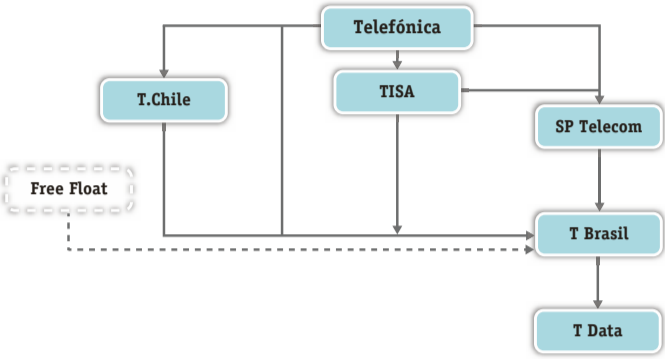
Incorporação do acervo líquido cindido da TData: A TData foi cindida de modo a segregar de seu patrimônio líquido o acervo relacionado à prestação do SCM. A parcela do acervo líquido da TData incorporada pela Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$ 10.228.352.

Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da ATelem: A ATelem foi cindida de forma total, de modo a segregar o acervo líquido relativo aos SVAs estendidos, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões e II do PGO, cujo acervo líquido foi incorporado pela Companhia. Os SVAs e outros serviços que não sejam considerados serviços de telecomunicação foram incorporados pela TData, sendo o valor extinta. A parcela do acervo líquido da Vivo veio à luz da incorporação da Vivo nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$ 34.724.

Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da ATelem: A ATelem foi cindida de forma total, de modo a segregar o acervo líquido relativo aos SVAs estendidos. A parcela do acervo líquido da ATelem veio à luz da incorporação da Vivo nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, sendo apurado o valor da referida parcela do acervo líquido em R\$ 348.624.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos descritos anteriormente não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia. Não houve, também, que se farão em substituição de ações de acionistas não controladores das sociedades cindidas por ações da incorporadora, dada que a Companhia era o momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades cindidas/incorporadas. Desta forma, não foi produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a preço de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já demonstrados nas consultas formuladas em reestruturações semelhantes e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008. As incorporações das sociedades e parcelas cindidas anteriormente foram efetuadas sem solução de continuidade de continuidade em relação às operações e aos serviços de telecomunicações por ela prestados aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a reestruturação societária descrita anteriormente e o organograma da Companhia passou a ser representado da seguinte forma:



A reestruturação foi contabilizada como uma reorganização das entidades sob controle comum sem qualquer alteração no patrimônio líquido da Companhia, uma vez que todas as entidades envolvidas eram, imediatamente antes e imediatamente após a reestruturação, 100% controladas pela Companhia. Conseqüentemente, a reestruturação foi registrada conforme valor de livros das entidades envolvidas. No entanto, como resultado da reestruturação, a empresa reconheceu o benefício fiscal e correspondente imposto diferido de R\$ 319.996 relativo a determinados créditos fiscais de alguma entidade cuja a realização era incerta antes da reestruturação.

**c. Operações**  
A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do STFC e autorização para a exploração do SCM, respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do PGO/2008, bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive internet em banda larga), SMP e SEAC (especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo).

As concessões e autorizações são outorgadas pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

**c.1) Contrato de Concessão do STFC**  
A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO/2008. O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

**c.2) Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel**  
As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

Em agosto de 2013 a Companhia celebrou com a ANATEL os termos de autorização para uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, em consequência do realinhamento da banda "L" nas subfaixas de 1.975 MHz a 1.980 MHz para transmissão das estações móveis e 2.165 MHz a 2.170 MHz para transmissão das estações nodais.

Estes termos de autorização foram expedidos pelos prazos remanescentes estabelecidos nos termos do item 1.9 do edital nº 002/2007/SPV-Anatel, de 23 de outubro de 2012, a título oneroso, associados à autorização para a prestação do STFC no município de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), em 14 de agosto de 2013, publicado no DOU de 16 de agosto de 2013. A autorização possui vencimento em 29 de abril de 2023, prorrogável, uma única vez, por quinze anos, estando o montante total pago pela Companhia para os referidos termos de autorização foi de R\$ 451.121, o qual foi registrado como licenças no ativo intangível (nota 14) e está amortizado pelos prazos remanescentes das licenças.

Nos leilões para venda das faixas de frequência de 2,5 GHz nacionais, atreladas à faixa de 450 MHz, realizados pela ANATEL nos dias 12 e 13 de junho de 2012, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) foi a vencedora no lote 3 dentre os ofertados, em conformidade com o edital de licitação da banda de quarta geração (4G) nº 004/2012/PP/SPV-Anatel. O valor ofertado pelo lote 3 foi de R\$ 1.050.000.

Em 11 de outubro de 2012, pelo Ato nº 5.907 do Conselho Diretor da ANATEL decidiu homologar o uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, nas subfaixas 2550 a 2570 MHz/2670 a 2690 MHz, associadas às autorizações para exploração do SMP a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), bem como as demais radiofrequências na faixa de 2,5GHz às respectivas operadoras vencedoras dos lotes do citado leilão. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 16 de outubro de 2012 e publicados no DOU em 18 de outubro de 2012.

Dessa maneira, com a adjudicação efetiva do referido lote, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) incrementou sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia 4G em todo o território nacional e passou a operar na faixa de frequência 2,5GHz, com banda de 20-20 MHz. Além da faixa de 2,5GHz, o lote arrematado inclui a faixa de 450 MHz para as áreas rurais do interior dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

No quarto trimestre de 2012, o montante total de R\$ 1.050.000, foi ajustado de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrado como licenças no ativo intangível (nota 14).

A Companhia explora o SMP, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, como segue:

Região	Venturamentos das Autorizações						
	450 MHz	800 MHz (1)	900 MHz	1800 MHz	1900 MHz (2)	2100 MHz (3)	2,5 GHz
<b>Região 1</b>							
Rio de Janeiro	-	Banda A - 29/11/20	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Espírito Santo	-	Banda A - 30/11/23	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	-	Banda B - 29/11/28	Extensão 2 - 30/04/23	Extensão 7, 9 e 10 - 30/04/23	-	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)	18/10/27	Banda A - 29/04/23	Extensão 2 - 30/04/23	Extensão 11 a 14 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	18/10/27	-	Banda E - 28/04/20	Banda E - 28/04/20	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Bahia	-	Banda L - 29/06/23	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Sergipe	18/10/27	Banda L - 15/12/23	Extensão 1 - 30/04/23	Extensão 9 e 10 - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte	18/10/27	-	-	Banda E - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27

Região	Venturamentos das Autorizações						
	450 MHz	800 MHz (1)	900 MHz	1800 MHz	1900 MHz (2)	2100 MHz (3)	2,5 GHz
<b>Região 2</b>							
Paraná (exceto Setor 20) e Catarina	-	Banda B - 08/04/28	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Paraná Setor 20 - Londrina e Tamarana (5)	-	Banda B - 08/04/28	-	Extensão 10 - 30/04/23	-	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Rio Grande do Sul (exceto setor 30)	-	Banda A - 17/12/22	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Rio Grande do Sul - Setor 30 (Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão e Turucu)	-	-	-	Banda D e M - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Distrito Federal	-	Banda A - 24/07/21	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Goias e Tocantins	-	Banda A - 29/10/23	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Goias (setor 25) (7)	-	-	-	Banda M - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Mato Grosso	-	Banda A - 30/03/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Mato Grosso do Sul (exceto setor 22) (6)	-	Banda A - 28/09/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Mato Grosso do Sul (setor 22 - Município de Povoado)	-	-	-	Banda M - 30/04/23	Banda L - 07/12/22	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Rondônia	-	Banda A - 21/07/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27
Acre	-	Banda A - 15/07/24	Extensão 1 - 30/04/23	Banda M - 30/04/23	Banda L - 30/04/23	Banda J - 30/04/23	Banda X - 18/10/27

**d. Negociação das ações em bolsas de valores**  
A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). É também registrada na Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos da América, e suas American Depositary Shares (ADS's) nível II, listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE).

**d.1) Ações negociadas na BM&F Bovespa**  
Em 14 de novembro de 2013, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Em Assembleia Geral e Extraordinária (AGE) de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S.A. (Teleps), foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Teleps que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de preço para Telefônica Brasil. d.2) Ações negociadas na NYSE

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou o processo de negociação de ADS's na NYSE, que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: ações em bolsas de valores
  - Cada ADS representa 1 (uma) ação preferencial.
  - As ações são negociadas sob a forma de ADS's com o código "VIV", na NYSE.
  - Banco custodiante no exterior: Citibank N.A.
  - Banco custodiante no Brasil: Citibank N.A.
- e. Acordo entre a Telefônica S.A. e a Telecom Itália**  
A Telefônica S.A. (na qual a Telefônica S.A. detinha uma participação de 46,18%) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, sendo a maior acionista desta companhia.
- A Telefônica S.A. detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (TIM), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefônica S.A., nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefônica S.A. tem qualquer ingerência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações no Brasil, direto com as operações da TIM. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantém relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.
- Em 24 de setembro de 2013, a Telefônica S.A. realizou um Acordo com os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A. (que detém uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A.), segundo o qual:

- 1) A Telefônica S.A. subscrevu e integralizou um aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefônica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não foi alterada (mantendo-se em 46,18%), embora sua participação econômica passou a ser de 66%. Este modo de se manter inalterado a governança da TELCO, S.p.A. e, portanto, todas as obrigações da Telefônica S.A. de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

2) Condição para a prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que resultem necessárias (incluindo Brasil e Argentina) a Telefônica S.A. participará de um segundo aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 117 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefônica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não será alterada (mantendo-se em 46,18% em ações com direito a voto), embor, sua participação passará a ser de 70%.

3) A partir de 1º de janeiro de 2014, com a obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que resultem necessárias (incluindo o Brasil e Argentina), a Telefônica S.A. poderá converter a totalidade ou parte das ações sem direito a voto por ações ordinárias com direito a voto, até uma participação no capital com direito a voto da TELCO, S.p.A. de no máximo 64,9%.

4) Em dezembro de 2013, o CADE anunciou as seguintes decisões:

- 1) Aprovar sujeito às condições a seguir, a aquisição pela Telefônica S.A. da totalidade da participação que a Portugal Telecom, SGPS SA e PT Móveis - Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA (PT) tinham na Brasilcel NV, uma empresa que detinha o controle da empresa de telefonia móvel Brasilcel Vivo e PT Móveis S.A. (Vivo Part.).
- 2) Aprovar a transação já foi aprovada pela ANATEL e o encerramento (que não requeria aprovação prévia do CADE na época) foi realizado imediatamente após a aprovação pela ANATEL, em 27 de setembro de 2010.
- 3) Essa decisão foi concedida sob a condição suspensiva de que:
  - a) Um novo acionista da Vivo Part. passe a compartilhar com a Telefônica S.A. o controle da Vivo Part., em condições idênticas às que se aplicavam à PT, quando detinha a participação na Brasilcel NV, ou
  - b) Telefônica S.A. deixe de ter, direta ou indiretamente, uma participação acionária na TIM Participações S.A.
- 4) Impor a Telefônica S.A. uma multa de R\$ 15 milhões, por violação do espírito e objetivo do acordo que a Telefônica S.A. assinou com o CADE (como condição para a aprovação da operação inicial de aquisição na Telecom Itália em 2007), em virtude da subscricao e integralização pela Telefônica S.A. de ações sem direito a voto na TELCO, S.p.A. em seu recente aumento de capital. Esta decisão também impõe à Telefônica S.A. a obrigação de alienar as ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A. no prazo de 180 dias a partir de 1º de janeiro de 2014, sempre que o Acordo de Acionistas continue em vigor, exceto (i) entre 1º e 30 de junho de 2014 e 15 de janeiro a 15 de fevereiro, ambos de 2015, e (ii) em determinados períodos se os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. solicitarem a cisão (cisão parcial) da sociedade.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 - Base de Preparação e Apresentação**  
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores relevantes em fatores subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas ou premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Revisões Contábeis (CRC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados pelo custo ou valor justo. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

As demonstrações financeiras apresentam informações consolidadas comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, o qual compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO/2008.

Em decorrência dos acervos líquidos recebidos no processo de reestruturação societária descrita na nota 1b), as demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2013 não são comparáveis às de 31 de dezembro de 2012.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2014.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2013, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC)* que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013:

**Novas IFRS e IFRIC, que não causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras:**  
**IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrejentos:** As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou hedge de venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

**IAS 8 Benefícios aos Empregados (Emenda):** O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do reconhecimento do valor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas emendas não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

**IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (Revisão em 2011):** Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Venture passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

**IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS):** Estas alterações mudaram o significado efetivo das IFRS. De acordo com esta alteração, uma entidade pode optar por aplicar tanto a norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas que permite a aplicação antecipada, desde que a norma seja aplicada de forma consistente ao longo dos períodos. A Companhia não optou pela aplicação antecipada de nenhuma norma.

**IFRS 7 Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisões das IFRS 7):** Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o risco de não pagamento de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e Controlada.

**IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades:** A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas e separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas no IAS 27 em relação a *Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigem que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

**IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades:** A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas e separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas no IAS 27 em relação a *Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigem que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

**IFRS 12 Mensuração do Valor Justo:** A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2013 foram introduzidas alterações à IFRS 13 com aplicação imediata. O IASB esclareceu as "Bases para Conclusões" que os recebíveis de curto prazo e contas a pagar sem juros destacados podem ser realizados pelo valor da futura, quando o efeito do desconto for imaterial. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

**IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias:** Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações consolidadas. Estas alterações entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

**Novas IFRS e Interpretações do IFRIC, que causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras:**  
**IFRS 11 substituiu o IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13 - Entidades Controladas por Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.** A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança Atlântica Holding B.V. (nora). A Companhia é uma das Participações (AIX) e Companhia AXT de Participações (ACT). Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

	Balço patrimonial divulgado em 01.01.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balço patrimonial de 01.01.12
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.940.342	(50.799)	2.889.543
Contas a receber, líquidas (a)	5.105.860	22.	



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)**

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva e a perda de recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

**Investimentos financeiros disponíveis para venda**  
A Companhia e Controlada avaliam na data de encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva de que o investimento não é recuperável. Ativos e passivos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida na demonstração do resultado) é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecido na demonstração de resultados.

Juros contínuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é contabilizada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração de resultados, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração de resultados.

**(iv) Instrumentos financeiros mensurados**  
Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**(v) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(vi) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(vii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(viii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ix) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(x) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xi) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xiii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xiv) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xv) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xvi) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xvii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xviii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xix) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xx) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxi) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxiii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxiv) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxv) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxvi) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(xxvii) Instrumentos financeiros a valor justo**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Trabalhos sobre vendas**  
As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou ISS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia e Controlada, incluindo as receitas relacionadas a revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e o COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Medida Provisória (MP) Nº 627**  
Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, a qual introduz várias modificações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, entre as quais destacam-se:

- i) Revocação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2015 e, em caráter opcional, a partir de 1º de janeiro de 2014;
- ii) Alteração de dispositivos específicos do Decreto-Lei nº 1.598/77 com o objetivo de adequar a legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis em vigor, em função da extinção do RTT e da necessidade de se estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL;
- iii) Alteração do artigo nº 171 desta MP, a Companhia optará pela adoção das disposições contidas em seus artigos 1º a 66, quando aplicáveis, a partir de 1º de janeiro de 2014, assim que a Receita Federal do Brasil (RFB) definir a forma, o prazo e as condições para a referida opção.

**Outros ativos e passivos**  
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou Controlada e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou Controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados em ativos e passivos circulantes ou não circulantes, dependendo da classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para definir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **Ajuste a valor presente de ativos passivos**  
Ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implicada, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia e Controlada concluíram que o ajuste a valor presente dos ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

**Subvenção e assistência governamentais**  
Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração de resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

As normas tributárias brasileiras (Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), possibilitaram às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo decorre das incorporações da Vivo Part. e Vivo, e se estende até o exercício de 2013.

A parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20/CP 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 21).

**u) Reconhecimento das receitas**  
As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e de outros serviços de telecomunicações, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia ou Controlada, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia ou Controlada.

A Companhia e Controlada avaliam as transações de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e a Companhia e Controlada avaliam a capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e Controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os cálculos fiscais.

**Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias**  
A Companhia e Controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e Controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os cálculos fiscais.

**Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias**  
A Companhia e Controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e Controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os cálculos fiscais.

**Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias**  
A Companhia e Controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e Controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os cálculos fiscais.

**Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias**  
A Companhia e Controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e Controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os cálculos fiscais.

**Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias**  
A Companhia e Controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

**ee) Informações por segmentos**  
Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; e (ii) a missão da Companhia e Controlada é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões de planejamento estratégico, financeiro, orçamentário, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e Controlada operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

**ff) Demonstração dos fluxos de caixa (DCA) e demonstração do valor adicionado**  
A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCA) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.  
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

4. AQUISIÇÃO DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 27 de abril de 2011, das assembleias de acionistas da Companhia e da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) aprovaram a aquisição de 100% das ações desta última pela Companhia, tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Esta operação foi contabilizada utilizando o método de aquisição. A Companhia adotou como valor justo das ações adquiridas com base em laudo de valor econômico elaborado por empresa especializada contratada pela Administração pelo fato de se tratar de uma transação entre duas empresas sob controle comum, cujo valor por ação aproxima-se ao valor pago pela SP Telecomunicações Participações Ltda. na Oferta Pública de Ações (OPA) do mês de março de 2011, que resultou na aquisição de 2,65% do capital da Vivo Part., anteriormente em poder de acionistas não controladores.

Os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. foram mensurados e reconhecidos na data de aquisição. Esses valores foram determinados mediante diversos métodos de avaliação dependendo do tipo de ativo e/ou passivo em questão, bem como da melhor informação disponível e com o auxílio de assessoria de especialistas.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

**Licenças**  
O valor justo foi determinado através do método *Multi-Period Excess Earnings Method* (MEM) que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à carteira de licenças, líquidos das eliminações dos encargos contratuais implicados na geração desses fluxos e excluindo os fluxos atribuíveis a carteira de clientes.

Esse método se baseia na premissa de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$ 12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

**Carteira de clientes**  
A carteira de clientes também foi avaliada pelo método MEM, que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de Loma". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$ 2.042.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

**Marca**  
O valor justo da marca "Vivo" foi calculado com o método de "relief-from-royalty". De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$ 12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

De acordo com o método de "relief-from-royalty", o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$ 12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

**Marca**  
O valor justo da marca "Vivo" foi calculado com o método de "relief-from-royalty". De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$ 12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de Loma". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$ 2.042.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

**Marca**  
O valor justo da marca "Vivo" foi calculado com o método de "relief-from-royalty". De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$ 12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

**Informações (em R\$ mil)**

	Valor Justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido(b)	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível (a)	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes (c)	(5.352.456)
<b>Valor dos ativos líquidos</b>	<b>22.062.142</b>
Custo da participação	31.222.630
<b>Ágio na operação</b>	<b>9.160.488</b>

(a) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$ 12.876.000), à marca (R\$ 1.642.000) e a carteira de clientes (R\$ 2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.

(b) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (a) e (c).

(c) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$ 283.000.

De acordo com o método de "relief-from-royalty", o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$ 12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Caixa e contas bancárias	1.01.094	18.898	101.921	94.304
Aplicações financeiras	6.210.205	3.060.884	6.442.015	7.039.181
<b>Total</b>	<b>6.311.299</b>	<b>3.079.282</b>	<b>6.543.936</b>	<b>7.133.485</b>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia possui aplicações financeiras em garantia a empréstimos e processos judiciais nos montantes consolidados de R\$ 106.455 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 109.708 em 31 de dezembro de 2012), registradas no ativo não circulante.

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Valores futuros	4.081.963	1.622.311	4.066.835	4.695.379
Valores a futuro	1.777.871	804.965	1.890.485	1.675.091
Valores de interconexão	8.62.678	338.014	859.894	896.639
<b>Contas a receber bruto</b>	<b>6.732.512</b>	<b>2.765.290</b>	<b>7.235.918</b>	<b>6.719.570</b>
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.031.011)	(614.566)	(1.175.973)	(1.056.726)
<b>Total</b>	<b>5.701.501</b>	<b>2.150.724</b>	<b>6.059.945</b>	<b>5.660.316</b>
Circulante	5.541.023	2.150.724	5.802.859	5.546.938
Não circulante	160.478	-	257.086	93.378

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora	Consolidado
	31.12.13	31.12.12
A vencer	4.131.549	1.395.227
Vencidas - 1 a 30 dias	756.787	377.142
Vencidas - 31 a 60 dias	266.192	113.042
Vencidas - 61 a 90 dias	162.436	51.107
Vencidas - 91 a 120 dias	35.244	27.955
Vencidas - mais de 120 dias	925.293	186.251
<b>Total</b>	<b>5.701.501</b>	<b>2.150.724</b>

Não há cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A seguir demonstramos as movimentações da provisão para redução ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	(607.736)	(1.056.729)	(607.736)	(1.056.729)
Ingressos, líquidos (nota 26)	267.453	(654.273)	267.453	(654.273)
Reapresentado	260.622	631.748	260.622	631.748
<b>Saldo em 31.12.12</b>	<b>(614.566)</b>	<b>(1.079.254)</b>	<b>(614.566)</b>	<b>(1.079.254)</b>
Ingressos, líquidos (nota 26)	468.058	644.555	468.058	644.555
Reapresentado	(404.130)	(1.175.973)	(404.130)	(1.175.973)
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>(1.031.011)</b>	<b>(1.175.973)</b>	<b>(1.031.011)</b>	<b>(1.175.973)</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R\$ 160.478, referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. O valor das receitas não reconhecidas (ajuste a valor presente) em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 18.177.

A TData possui o produto "Soluciona TI" que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado das contas a receber não circulante, inclui R\$ 96.608 (R\$ 93.378 em 31 de dezembro de 2012) relacionado a este produto.

O saldo consolidado das contas a receber referente ao arrendamento mercantil financeiro mencionado acima, contempla os seguintes efeitos:

	Controladora	Consolidado
	31.12.13	31.12.12
Receita financeira não realizada	335.376	294.245
Saldo bruto a receber	7.058	7.757
Provisão para redução ao valor recuperável	(342.434)	(302.002)
<b>Saldo líquido a receber</b>	<b>242.643</b>	<b>215.354</b>
Circulante	146.035	116.644
Não circulante	96.608	93.378

O cronograma de vencimentos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31.12.13	31.12.12
A vencer até um ano	238.768	238.768
A vencer até cinco anos	103.876	90.608
<b>Total</b>	<b>342.643</b>	<b>335.376</b>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios a arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Material para consumo	55.431	39.641	58.492	59.417
Material para revenda (a)	459.949	5.835	498.803	380.163
Outros estoques	6.481	3.835	6.481	4.005
<b>Total bruto</b>	<b>521.861</b>	<b>49.311</b>	<b>563.776</b>	<b>443.585</b>
Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência	(52.275)	(24.908)	(58.161)	(55.776)
<b>Total</b>	<b>469.586</b>	<b>24.403</b>	<b>505.615</b>	<b>387.809</b>

(a) Controla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *smartcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Saldo em 31.12.11 (controladora) e 01.01.12 (consolidado)	(35.651)	(64.326)	(35.651)	(64.326)
Adições	103.656	(35.972)	103.656	(35.972)
Reversões	15.461	44.522	15.461	44.522
<b>Saldo em 31.12.12</b>	<b>(24.908)</b>	<b>(55.776)</b>	<b>(24.908)</b>	<b>(55.776)</b>
Adições	(14.475)	(29.247)	(14.475)	(29.247)
Reversões	21.785	26.862	21.785	26.862
Incorporação/cisão em 01.07.13	(34.677)	-	(34.677)	-
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>(52.275)</b>	<b>(58.161)</b>	<b>(52.275)</b>	<b>(58.161)</b>

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência, estão demonstrados na nota 25.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
ICMS (a)	1.553.503	366.211	1.556.452	1.631.088
ICMS (b)	355.251	178.535	355.251	288.520
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (c)	374.096	453.933	377.704	528.109
Impostos e contribuições retidos na fonte (d)	174.015	106.693	188.659	141.620
PIS e COFINS	62.449	39.265	63.816	148.092
Outros	17.871	6.916	18.648	53.957
<b>Total</b>	<b>2.537.185</b>	<b>1.151.553</b>	<b>2.560.350</b>	<b>2.791.386</b>
Circulante	2.168.797	602.328	2.191.962	2.052.421
Não circulante	368.388	549.225	368.388	738.965

(a) Inclui créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

(b) Refere-se ao pedido de ressarcimento de ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente.

(c) Refere-se principalmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

(d) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do exercício e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

**8.2 Tributos diferidos**  
A Companhia e Controlada constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

**Tributos diferidos**

	Controladora	Consolidado
	31.12.13	31.12.12
Ativo diferido	122.321	21.290
IR sobre prejuízos fiscais e CSL sobre base negativa (a)	-	9.461
Crédito fiscal incorporado (b)	-	9.461
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)	1.322.244	1.327.288
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	143.537	104.856
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	241.203	93.442
Provisão para perdas de modens e outros ativos imobilizados	164.518	166.174
Participação nos resultados	71.287	34.888
Depreciação acelerada contábil	154.181	128.070
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	10.884	8.469
Provisão para programa de fidelização	31.199	31.199
Operações com derivativos	-	26.522
Forcedores e outras provisões	338.458	62.314
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.988	81.926
<b>Total do ativo diferido</b>	<b>2.570.820</b>	<b>1.406.011</b>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>Ressivo diferido</b>	<b>(337.535)</b>	<b>(269.514)</b>	<b>(337.535)</b>	<b>(269.514)</b>
Crédito fiscal incorporado (b)	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)	(308.490)	(209.185)	(308.490)	(416.700)
Lei da Inovação tecnológica	(461.870)	(546.383)	(461.870)	(546.383)
Variação cambial	(479.548)	(508.178)	(479.548)	(508.178)
Carteira de clientes	(568.338)	(344.927)	(568.338)	(344.927)
Marcas e patentes	(480.366)	(266.870)	(480.366)	(266.870)
Licenças	(124.527)	(74.344)	(124.527)	(74.344)
Feitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(337.535)	(269.514)	(337.535)	(269.514)
Ágios da Vivo Part.	(337.535)	(269.514)	(337.535)	(269.514)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(337.535)	(269.514)	(337.535)	(269.514)
<b>Total do passivo diferido</b>	<b>(3.480.454)</b>	<b>(2.622.662)</b>	<b>(3.480.454)</b>	<b>(2.622.662)</b>
<b>Total do ativo (passivo) líquido, não circulante</b>	<b>(722.634)</b>	<b>(1.216.651)</b>	<b>(722.634)</b>	<b>(1.216.651)</b>

Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:

	31.12.13	31.12.12
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	-	-
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:	-	-
Ativo diferido líquido, não circulante	(722.634)	(1.216.651)
Passivo diferido líquido, não circulante	-	-
Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:	-	-
a) <b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b> representa o montante registrado, pela Companhia e Controlada, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.	-	-
A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e 1º de janeiro de 2012.	-	-

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 01.01.12	-	-	1.745.928	1.705.050
Crédito fiscal (25% + 9%)	-	-	(436.482)	(153.455)
Crédito fiscal reconhecido	-	-	(259.011)	(89.565)
Crédito fiscal não reconhecido (*)	-	-	177.471	63.890
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.12	48.264	102.486	150.570	930.409
Crédito fiscal (25% + 9%)	12.066	9.224	21.290	232.602
Crédito fiscal reconhecido	1			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

## 12. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um resumo dos dados financeiros relevantes das investidas da Companhia. As alterações das participações societárias demonstradas no quadro a seguir, decorre do processo de reestruturação societária descrito na nota 1b).

## a) Informações das investidas - Subsidiárias Integrais

	Em 31.12.13		Controladas						GTR-T
	TData	Vivo	TData	ATElecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	
Ativo									
Circulante	1.090.339	9.877.926	358.299	498.074	40.087	2.178	6	25.435	801
Não circulante	420.253	13.263.918	140.763	414.985	160.603	41.327	11.835	167.688	1.074
<b>Total do ativo</b>	<b>1.510.592</b>	<b>23.141.844</b>	<b>499.062</b>	<b>913.059</b>	<b>200.690</b>	<b>43.505</b>	<b>11.841</b>	<b>193.123</b>	<b>1.875</b>
Passivo									
Circulante	688.480	8.213.367	174.336	218.126	34.818	9.522	437	117.532	14
Não circulante	43.823	4.887.981	19.191	54.165	2.744	28.798	-	21.830	-
Patrimônio líquido	778.289	10.040.496	305.335	640.768	163.128	5.185	11.404	53.641	1.861
<b>Total do passivo</b>	<b>1.510.592</b>	<b>23.141.844</b>	<b>499.062</b>	<b>913.059</b>	<b>200.690</b>	<b>43.505</b>	<b>11.841</b>	<b>193.123</b>	<b>1.875</b>
Lucro líquido (prejuízo)	258.763	4.173.983	(98.599)	9.336	(51.195)	(5.780)	(12.146)	(33.835)	(1.264)
Participação no patrimônio líquido									
Em 31 de dezembro de 2013	100,00%	n/a	100,00%	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Em 31 de dezembro de 2012	100,00%	100,00%	100,00%	100,0%	100,0%	79,29%	100,0%	78,48%	100,00%

## b) Informações das investidas - Controladas em Conjunto

	Em 31 de dezembro de 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
	Cia. ACT	Cia. AIX	Aliança Atlântica	Cia. ACT	Cia. AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	11	10.515	139.414	10	13.414	116.322
Ativo não circulante	-	12.441	-	-	120.024	-
Passivo circulante	1	2.950	2.200	-	3.280	2.302
Passivo não circulante	-	6.076	-	-	5.792	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>13.930</b>	<b>137.214</b>	<b>10</b>	<b>124.366</b>	<b>114.020</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(110.436)</b>	<b>136</b>	<b>-</b>	<b>(550)</b>	<b>1.722</b>

## c) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.12		Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Incorporação/Cisão em 01.07.13	Saldos em 31.12.13
	Reapresentado	Adições					
<b>Participações</b>	<b>11.328.398</b>	<b>91.050</b>	<b>1.913.508</b>	<b>(2.120.289)</b>	<b>8.743</b>	<b>(10.367.544)</b>	<b>853.866</b>
<b>Subsidiárias integrais</b>	<b>11.209.200</b>	<b>91.050</b>	<b>1.968.658</b>	<b>(2.120.289)</b>	<b>(2.786)</b>	<b>(10.367.544)</b>	<b>778.289</b>
A. Telecom	640.768	-	50.927	-	(36)	(691.659)	-
TData	305.335	20.000	298.763	(61.456)	1.731	293.916	778.289
TST	163.128	-	(52.915)	-	-	(110.213)	-
Vivo	10.040.496	-	1.740.186	(2.058.833)	(1.048)	(9.720.801)	-
GTR-T	1.861	-	1.129	-	-	(2.990)	-
Lemontree	11.404	50	(2.957)	-	-	(8.497)	-
CaTV	42.097	68.000	(31.383)	-	-	(3.078)	-
Sul Paraná	4.111	3.000	4.908	-	-	(75.636)	-
<b>Entidades controladas em conjunto</b>	<b>119.198</b>	<b>-</b>	<b>(55.150)</b>	<b>-</b>	<b>11.529</b>	<b>(11.664)</b>	<b>-</b>
Aliança	57.010	-	68	-	-	-	65.777
AIX	62.183	-	(55.218)	-	-	-	6.965
ACT	5	-	-	-	-	-	5
<b>Agios</b>	<b>10.208.980</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>702</b>	<b>10.225.280</b>	<b>-</b>
<b>Outras participações</b>	<b>23.683</b>	<b>(148)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>10.772</b>
Outros investimentos (a)	23.683	(148)	-	-	16	20	10.772
<b>Total de investimentos na controladora</b>	<b>21.561.061</b>	<b>90.902</b>	<b>1.913.508</b>	<b>(2.120.289)</b>	<b>(4.722)</b>	<b>(10.350.542)</b>	<b>11.089.918</b>
Aliança	57.010	-	68	-	11.529	-	68.607
AIX	62.183	-	(55.218)	-	-	-	6.965
ACT	5	-	-	-	-	-	5
Outros investimentos (a)	23.683	(148)	-	-	16	20	10.772
<b>Total de investimentos no consolidado</b>	<b>142.881</b>	<b>(148)</b>	<b>(55.150)</b>	<b>-</b>	<b>(1.936)</b>	<b>702</b>	<b>86.349</b>

	Saldos em 01.01.12		Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	Outros movimentos	Saldos em 31.12.12
	Reapresentado	Adições						
<b>Participações</b>	<b>10.001.448</b>	<b>244.291</b>	<b>3.995.228</b>	<b>(2.932.200)</b>	<b>22.871</b>	<b>(3.240)</b>	<b>11.328.398</b>	
<b>Subsidiárias integrais</b>	<b>9.884.647</b>	<b>244.291</b>	<b>3.994.640</b>	<b>(2.928.743)</b>	<b>17.605</b>	<b>(3.240)</b>	<b>11.209.200</b>	
A. Telecom	722.857	-	9.336	(91.353)	(72)	-	640.768	
TData	198.555	210.000	(98.599)	-	(764)	-	305.335	
TST	213.387	-	(51.195)	-	-	936	163.128	
Vivo	8.685.946	-	4.173.983	(2.837.390)	17.957	-	10.040.496	
GTR-T	2.073	776	(999)	-	-	11	1.861	
Lemontree	19.681	2.877	(11.019)	-	-	(195)	11.404	
CaTV	35.517	28.638	(22.536)	-	720	-	42.097	
Sul Paraná	6.631	2.000	(4.331)	-	(236)	47	4.111	
<b>Entidades controladas em conjunto</b>	<b>116.801</b>	<b>-</b>	<b>588</b>	<b>(3.457)</b>	<b>5.266</b>	<b>-</b>	<b>119.198</b>	
Aliança	52.023	-	861	(1.140)	5.266	-	57.010	
AIX	64.775	-	(275)	(2.317)	-	-	62.183	
ACT	3	-	2	-	-	-	5	
<b>Agios</b>	<b>10.208.980</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.068)</b>	<b>(6.704)</b>	<b>10.208.980</b>	
<b>Outras participações</b>	<b>35.455</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.683</b>	<b>-</b>	<b>23.683</b>	
Zon Multimídia - partic. Direta (b)	6.737	-	-	-	(33)	(6.704)	-	
Outros investimentos (a)	28.718	-	-	-	(5.035)	-	23.683	
<b>Total de investimentos na controladora</b>	<b>20.245.883</b>	<b>244.291</b>	<b>3.995.228</b>	<b>(2.932.200)</b>	<b>17.803</b>	<b>(6.704)</b>	<b>21.561.061</b>	
Aliança	52.023	-	861	(1.140)	5.266	-	57.010	
AIX	64.775	-	(275)	(2.317)	-	-	62.183	
ACT	3	-	2	-	-	-	5	
Outros investimentos (a)	152.256	-	588	(3.457)	198	(6.704)	142.881	

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

(b) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou sua participação societária na ZON (nota 2.2).

## 13. IMOBILIZADO LÍQUIDO

## 13.a) Composição

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada
Equipamentos de comunicação	16.544.122	(14.179.182)	16.551.351	(14.186.061)
Equipamentos e meios de transmissão	34.246.583	(25.814.277)	34.242.236	(25.814.693)
Equipamentos terminais/modens	10.732.328	(9.276.479)	10.763.473	(9.295.416)
Infraestrutura	12.949.046	(9.482.838)	12.959.925	(9.491.430)
Terrenos	3.181.239	-	3.145.568	-
Outros ativos imobilizados	3.181.239	(2.582.931)	3.277.142	(2.682.185)
Provisões para perda	(168.124)	-	(169.979)	-
Bens e instalações em andamento	1.913.860	-	1.967.726	-
<b>Total</b>	<b>79.713.612</b>	<b>(61.335.707)</b>	<b>79.911.432</b>	<b>(61.469.785)</b>

Em 31 de dezembro de 2012

	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada
Equipamentos de comunicação	11.688.628	(10.459.546)	15.517.041	(13.271.794)
Equipamentos e meios de transmissão	20.514.733	(16.165.541)	31.809.734	(24.528.539)
Equipamentos terminais/modens	5.293.989	(4.219.074)	9.883.913	(8.334.571)
Infraestrutura	8.304.113	(6.025.052)	12.756.034	(8.911.756)
Terrenos	217.526	-	316.673	-
Outros ativos imobilizados	1.478.246	(1.303.354)	3.919.579	(2.988.254)
Provisões para perda	(14.262)	-	(40.286)	-
Bens e instalações em andamento	709.857	-	1.476.370	-
<b>Total</b>	<b>48.192.830</b>	<b>(38.172.567)</b>	<b>75.639.058</b>	<b>(58.034.914)</b>

## 13.b) Movimentação

	Controladora		Depreciação (d)	Incorporação/Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
	Saldo em 31.12.12	Adições			
Equipamentos de comunicação	1.229.082	30.595	(67)	355.370	(410.758)
Equipamentos e meios de transmissão	4.349.192	434.769	(13.900)	1.532.794	(972.295)
Equipamentos terminais/modens	1.074.915	441.337	-	303.778	(733.329)
Infraestrutura	2.279.061	44.490	(17.720)	309.568	(450.353)
Terrenos	217.526	-	(1.724)	-	98.756
Outros ativos imobilizados	174.892	107.222	(5.311)	24.375	(126.427)
Provisões para perda (b)	(14.262)	(9.475)	6.282	-	(154.669)
Bens e instalações em andamento	709.857	3.027.093	(5.214)	(2.580.684)	1.967.726
<b>Total</b>	<b>10.020.263</b>	<b>4.080.031</b>	<b>(37.974)</b>	<b>(54.799)</b>	<b>(2.693.162)</b>

	Controladora		Depreciação (d)	Incorporação/Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
	Saldo em 01.01.12	Adições			
Equipamentos de comunicação	1.241.120	40.660	(56)	202.097	(254.739)
Equipamentos e meios de transmissão	4.063.916	345.101	(12.568)	414.522	(461.779)
Equipamentos terminais/modens	963.829	654.597	(3.576)	4.837	(544.772)
Infraestrutura	2.407.039	12.907	(1.800)	124.296	(263.381)
Terrenos	220.199	-	(2.673)	-	217.526
Outros ativos imobilizados	227.221	2.304	(1.084)	9.276	(63.845)
Provisões para perda (b)	(17.467)	-	3.205	-	(14.262)
Bens e instalações em andamento	585.660	895.062	(12.175)	(758.690)	709.857
<b>Total</b>	<b>9.691.517</b>	<b>1.951.651</b>	<b>(30.727)</b>	<b>(3.662)</b>	<b>(1.588.516)</b>

	Consolidado		Depreciação (d)	Incorporação/Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
	Saldo em 31.12.12	Adições			
Equipamentos de comunicação	2.245.247	30.948	(101)	2.659.577	(2.365.290)
Equipamentos e meios de transmissão	7.281.195	514.314	(18.438)	2.100.099	(1.444.627)
Equipamentos terminais/modens	1.549.342	524.785	(920)	346.474	(468.057)
Infraestrutura	3.844.278	96.103	(24.883)	261.168	(308.171)
Terrenos	316.673	-	(2.115)	-	314.558
Outros ativos imobilizados	931.325	70.673	(5.311)	(244.040)	(169.979)
Provisões para perda (b)	(40.286)	(9.492)	9.560	(133.761)	(585.995)
Bens e instalações em andamento	1.476.370	3.600.201	(10.025)	(3.098.820)	1.967.726
<b>Total</b>	<b>17.604.144</b>	<b>4.831.532</b>	<b>(49.453)</b>	<b>(129.303)</b>	<b>(3.815.273)</b>

	Controladora		Depreciação (d)	Incorporação/Cisão em 01.07.13
--	--------------	--	-----------------	--------------------------------

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

**Métopia**  
Emprestimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale) no montante de US\$ 45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de hedge accounting. Portanto, em 31 de dezembro de 2013 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

**Banco Europeu de Investimentos - BEI**  
Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) junto ao BEI no valor de € 250 milhões (equivalente na contratação à US\$ 365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de swap atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

**Banco do Nordeste - BNB**  
Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.  
• Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

**Arrendamento Financeiro**  
Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia inibe os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na aquisição.  
A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: i) aluguel de torres e rooftops, decorrente de uma operação de venda e leaseback financeira; ii) aluguel de equipamentos de informática e; iii) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão de dados do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada e rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao backbone nacional da Companhia. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são decorrentes pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração do contrato de arrendamento. O saldo consolidado dos valores a pagar, referente às transações descritas acima, contempla os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
Valor presente dos valores a pagar	646.159	51.025
Despesa financeira não realizada	(427.281)	(17.766)
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar</b>	<b>218.878</b>	<b>33.259</b>
Circulante	19.342	14.799
Não circulante	199.536	18.460

O balanço consolidado dos vencimentos do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Consolidado	
	Investimento bruto	Valor presente
Até um ano	23.254	19.342
Mais de um ano até cinco anos	93.434	66.143
Mais de cinco anos	529.471	133.393
<b>Total</b>	<b>646.159</b>	<b>218.878</b>

Não existem valores residuais não permitidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

	Informações em 31 de dezembro de 2013			Controladora/Consolidado		
	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.13	Reapresentado	01.01.12
Debêntures (2ª emissão) - Série 2	R\$	-	-	-	-	346.470
Debêntures (4ª emissão) - Série 1 e 2	R\$	106,00% a 106,8% do CDI	15/10/15	748.233	744.678	756.617
Debêntures (4ª emissão) - Série 3	R\$	IPCA+7,00%	15/10/14	95.351	96.249	87.390
Debêntures (1ª emissão) - Telemig	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	76.722	72.137	67.935
Debêntures (3ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,75%	10/09/17	2.060.444	2.044.674	-
Debêntures (4ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,68%	25/04/18	1.322.900	-	-
Custo de emissões	R\$	-	-	(2.035)	-	(1.981)
<b>Total</b>				<b>4.301.615</b>	<b>2.955.205</b>	<b>1.256.431</b>
Circulante				286.929	702.115	468.624
Não circulante				4.014.686	2.253.690	787.807

**Captação pela Vivo Part. (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de outubro de 2011) - 4ª Emissão**  
Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escrituradas, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$ 810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$ 600 milhões, acrescida de R\$ 210 milhões em virtude de liquidação integral da oferta de caudales e certificados, em até cinco séries.  
Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "Bookbuilding".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,13% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.  
Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital giro.  
Os custos de transação associados a esta emissão, cujo montante em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 55 (R\$ 840 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de debênturistas é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debênturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública (4ª emissão) da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.  
Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 98 milhões a 106,00% do CDI.

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$ 93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$ 4.850 mantendo um resíduo de R\$ 100 milhões.  
Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$ 640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

A repactuação da 3ª série está prevista para 15 de outubro de 2012.  
Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total era de R\$ 843.584 (R\$ 840.927 em 31 de dezembro de 2012).  
Em 24 de julho de 2011 a Assembleia Geral

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Provisões cíveis prováveis

A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1906 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de provável em 31 de dezembro de 2013 foi provisionado o montante consolidado de R\$ 37.191 (R\$ 31.260 em 31 de dezembro de 2012). As companhias são movidas por demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto obrigações a prestação dos serviços. • A Companhia é movida por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministério Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia, também figura com demandas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas e aquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2013, foi provisionado o montante consolidado de R\$ 469.149 (R\$ 377.649 em 31 de dezembro de 2012). • A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de pagamentos para ações semelhantes. Em 31 de dezembro de 2013, foi provisionado o montante consolidado de R\$ 93.528 (R\$ 78.711 em 31 de dezembro de 2012).

Provisões regulatórias prováveis

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídos provisões em 31 de dezembro de 2013 no montante consolidado de R\$ 370.535 (R\$ 307.674 em 31 de dezembro de 2012).

Contingências cíveis possíveis

• **Plano Comunitário de Telefonia (PCT):** Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direita de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$ 281.059 (R\$ 236.236 em 31 de dezembro de 2012). Este processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do acórdão. • **Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo -** pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo solicitam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada sintonia, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase de instrução, em fase de decisão de 2º grau que modificou sentença de improcedência. O risco atribuído a esses processos pelo consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos líquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior. • **Ações Cíveis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS),** ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada sintonia o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS setoriais, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos líquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telemás. • **O Ministério Público do Estado de São Paulo** ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$ 1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. • **A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que não objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante consolidado de R\$ 1.383.932 (R\$ 1.236.312 em 31 de dezembro de 2012) e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.** • **A Companhia vem recebendo atuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), para as quais a análise do grau de risco de perda possível efetuada pelos consultores jurídicos representa em 31 de dezembro de 2013 um montante consolidado de R\$ 16.459 (R\$ 19.314 em 31 de dezembro de 2012) e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.** • **Propriedade Intelectual -** Lume Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lume), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretendendo a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013) ao pagamento de *royalties*, a ser aperçu em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lume no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação. • **Validade do plano pré-pago: A Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são ré em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazos para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expir após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para as quais a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.**

Contingências regulatórias possíveis

• **A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL em fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível em 31 de dezembro de 2013 no montante consolidado de R\$ 1.685.257 (R\$ 1.164.988 em 31 de dezembro de 2012).** • **Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência das associações das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento. Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização. Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL. No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.** • **Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91:** trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda., em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil e Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VUM, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as apresentadas e com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 e inciso V do artigo 21; e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devolvido líquido de VUM e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VUM; e (iii) recomendou a condenação da Vivo (sociedade incorporada pela Companhia em 1º de julho de 2013), TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV e o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*). Em 7 de novembro de 2012, o Ministério Público Federal proferiu parecer nos mesmos termos da nota da SDE e, em 12 de março de 2013, a Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) preferiu parecer pelo arquivamento de todas as acusações.

Em 11 de setembro de 2013, o CADE, por unanimidade, concluiu pela inexistência de práticas *price squeeze* e cartel e arquivou o processo.

20.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, com seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	187.025	4.327.749	2.235.430	187.025	4.352.520	2.263.773
<b>Total</b>	<b>187.025</b>	<b>4.327.749</b>	<b>2.235.430</b>	<b>187.025</b>	<b>4.352.520</b>	<b>2.263.773</b>

Em 31 de dezembro de 2013, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuem valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$ 46.451 (R\$ 49.728 em 31 de dezembro de 2012).

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	Reapresentado	01.01.12
Receta de habilitação (a)	114.503	89.367	120.521	89.367	98.464
Serviços e mercadorias (b)	673.810	673.810	596.907	596.907	647.629
Alienação de ativos imobilizados (c)	123.063	-	123.063	171.174	-
Subvenções governamentais (d)	40.840	331	40.840	44.933	53.202
Programa de fidelização (e)	91.763	-	91.763	82.848	68.821
Doações de equipamentos (f)	10.139	-	10.139	16.235	22.638
Outras receitas	11.076	19.067	10.139	36.471	26.780
<b>Total</b>	<b>1.065.194</b>	<b>108.765</b>	<b>1.071.212</b>	<b>1.037.935</b>	<b>917.534</b>
Circulante	852.343	69.743	817.551	734.573	761.268
Não circulante	212.851	39.022	253.661	303.362	156.266

a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no longo do período estimado de apropriação do cliente na planta.  
b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielemento, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.  
c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.  
d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.  
e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.  
f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	Reapresentado	01.01.12
Retenções de terceiros	231.784	56.929	236.510	139.120	252.771
Valores a restituir a assinantes	52.418	38.742	56.746	45.627	59.265
Obrigações com partes relacionadas	257.519	110.741	105.164	67.348	71.452
Ônus de renovação de licenças	154.211	83.991	154.211	194.441	44.296
Mútuo aduado de dívida e parcelamento	-	-	-	-	21.587
Outros credores	50.916	30.570	56.275	38.674	47.543
<b>Total</b>	<b>746.848</b>	<b>320.973</b>	<b>608.906</b>	<b>475.210</b>	<b>496.914</b>
Circulante	602.195	298.476	487.994	364.618	454.898
Não circulante	144.653	22.497	120.912	110.592	42.016

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital Social**  
O capital social realizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Telefônica Internacional S.A.	58.599.918	15,43%	271.707.098	36,52%	330.567.016	29,37%
Telefônica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%
Telefônica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%
<b>Total de ações do grupo</b>	<b>350.127.371</b>	<b>91,76%</b>	<b>480.624.588</b>	<b>64,60%</b>	<b>830.517.959</b>	<b>73,81%</b>
Outras ações	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,99%
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%
<b>Total de ações</b>	<b>381.587.111</b>	<b>100,00%</b>	<b>744.014.819</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.125.601.930</b>	<b>100,00%</b>

Valor Patrimonial por ação em circulação

Em 31 de dezembro de 2013  
Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV - estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.  
Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar prioridade entre o número das ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.  
As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.  
b. **Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores**  
De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CP, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Conseqüentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR resultou no montante de R\$ 40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 70.448.  
c. **Reservas de Capital**  
**Reserva Especial de Ágio**  
Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda, que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 63.074.  
**Outras Reservas de Capital**  
Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.  
O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 2.735.930.  
**Ações em Tesouraria**  
Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrido no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Parh. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 112.107.

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais e preferências de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 31 de outubro de 2012, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) e (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra teve início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 4 de novembro de 2013, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e nas quantidades máximas de até 2.894.534 ações ordinárias e 24.257.777 ações preferenciais.

**d. Reservas de Lucro**  
**Reserva Legal**  
Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.285.797 (R\$ 1.100.000 em 31 de dezembro de 2012).

**Reserva para Incentivos Fiscais**  
Esta reserva refere-se ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro e explorado para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.699.  
**e. Dividendos Intermediários e Propostos**  
Em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$ 1.650.000, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de setembro de 2013, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 21 de janeiro de 2013. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 18 de fevereiro de 2013. Em 16 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos referentes ao saldo remanescente do resultado do exercício de 2012 no montante de R\$ 1.498.769, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 16 de abril de 2013.

Em 19 de agosto e 19 de setembro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, as destinações de dividendos ordinários e preferenciais que se achavam inscritos nos montantes totais brutos de R\$ 440.000 (R\$ 374.000 líquidos de imposto de renda retido na fonte) em cada destinação, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de agosto e 30 de dezembro de 2013, respectivamente. Em 18 de outubro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediário bruto de R\$ 538.000 (R\$ 457.300 líquidos de imposto de renda retido na fonte). Nesta mesma data, foi aprovada também a destinação de dividendos intermediários de R\$ 746.000. Estes juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários foram apurados com base no lucro gerado no balanço de 30 de junho de 2013, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2013. Estas destinações foram efetuadas aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 31 de outubro de 2013.

Em 18 de dezembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de juros sobre o capital próprio intermediário no montante bruto de R\$ 760.000 (R\$ 646.000 líquidos de imposto de renda retido na fonte) aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de dezembro de 2013. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2013 e 2012:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	3.715.945	4.453.573
Apropriação à reserva legal	(185.797)	(222.678)
<b>Total</b>	<b>3.530.148</b>	<b>4.230.895</b>
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(1.699)	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>3.528.449</b>	<b>4.230.895</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	882.112	1.057.724
Dividendos e JSCP distribuídos no ano (a):	-	-
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	1.738.000	-
Dividendos Intermediários	746.000	1.122.522
<b>Lucro disponível para distribuição</b>	<b>1.044.449</b>	<b>3.108.373</b>
(+) JSCP/Dividendos Prescritos	116.825	89.692
(-) Ganhos/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavituais, líquidos de impostos e outros movimentos	14.264	(49.296)
<b>Dividendo adicional proposto</b>	<b>1.175.538</b>	<b>3.148.769</b>

**Valores por ação (a)**

	Reais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em agosto de 2013	187.000	0,156163	0,171779
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em setembro de 2013	180.000	0,156163	0,171779
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em novembro de 2013	457.300	0,381890	0,420079
Juros sobre o capital próprio intermediários (líquidos de IRRF), destinado em dezembro de 2013	646.000	0,539474	0,593421
Dividendos intermediários declarados em outubro de 2012	746.000	0,622983	0,685282
	1.222.522	0,937417	1,031518

Dividendos intermediários declarados em novembro de 2012  
A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:  
Para o exercício de 2013: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ainda não destinados, no montante de R\$ 1.044.449, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2013 no mont



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

## c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2013			2012		
	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes
CTB	(482)	-	(482)	17.216	-	17.216
PAMA	(51.336)	-	(51.336)	43.940	-	43.940
PBS	47.542	(51.706)	(4.164)	(48.381)	59.051	10.670
VISÃO	(6.847)	19.045	12.198	57.611	(35.690)	21.921
PREV	5.336	19.684	25.020	(20.559)	(3.406)	(23.965)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.787)</b>	<b>(12.977)</b>	<b>(18.764)</b>	<b>49.827</b>	<b>19.955</b>	<b>69.782</b>

## d. Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	2013			2012		
	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.12	Despesas em 2013	Contribuições das patrocinadoras em 2013	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.13	Ativo atuarial reconhecido no balanço
CTB	50.652	4.126	(5.138)	(482)	49.158	-
PAMA	341.617	30.950	(38)	(51.336)	321.193	-
PBS	(958)	543	(141)	(4.164)	(4.720)	(4.720)
VISÃO	(17.838)	2.426	(3.460)	12.198	(6.674)	-
PREV	(29.252)	1.567	(3.850)	25.020	(6.515)	-
<b>TOTAL</b>	<b>344.221</b>	<b>39.612</b>	<b>(12.627)</b>	<b>(18.764)</b>	<b>352.442</b>	<b>(17.909)</b>

	2012			2011		
	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 01.01.12	Despesas em 2012	Contribuições das patrocinadoras em 2012	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.12	Ativo atuarial reconhecido no balanço
CTB	34.615	3.164	(4.343)	17.216	50.652	-
PAMA	273.373	24.344	(40)	43.940	341.617	-
PBS	820	(12.311)	(136)	10.669	(958)	(958)
VISÃO	(30.432)	(5.706)	(3.621)	21.921	(17.838)	(17.838)
PREV	(693)	(4.869)	(3.725)	(23.965)	(29.252)	(29.252)
<b>TOTAL</b>	<b>277.683</b>	<b>8.622</b>	<b>(11.885)</b>	<b>(63.961)</b>	<b>344.221</b>	<b>(48.048)</b>

## e. Movimentação do passivo de benefício definido

	2013			2012		
	Passivo de benefício definido em 31.12.12	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes verdadeiras no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustadas pela experiência
PBS-A	1.376.229	-	115.001	(106.210)	28.268	32.649
CTB	50.652	-	4.127	(5.138)	7.075	1.417
PAMA	437.241	139	38.759	(15.664)	(2.297)	27.808
PBS	229.119	644	19.520	(14.181)	190	10.962
VISÃO	34.666	4.148	2.807	(324)	341	(8.580)
PREV	53.559	4.270	4.456	(1.707)	171	(7.038)
<b>TOTAL</b>	<b>2.181.466</b>	<b>9.201</b>	<b>184.670</b>	<b>(143.224)</b>	<b>702</b>	<b>19.134</b>

	2012			2011		
	Passivo de benefício definido em 01.01.12	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes verdadeiras no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustadas pela experiência
PBS-A	1.214.453	-	113.362	(101.793)	-	22.791
CTB	34.615	-	3.164	(4.343)	-	12.898
PAMA	366.660	165	35.026	(14.821)	-	10.538
PBS	242.227	853	22.780	(13.323)	270	(49.066)
VISÃO	33.986	4.601	3.085	(1.322)	180	(6.738)
PREV	46.251	3.872	4.260	(1.606)	113	(2.286)
<b>TOTAL</b>	<b>1.938.192</b>	<b>9.491</b>	<b>181.677</b>	<b>(137.208)</b>	<b>563</b>	<b>(7.863)</b>

## f. Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	2013			2012		
	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.12	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes verdadeiras no exercício	Contribuições do patrocinador no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros
PBS-A	2.136.722	(106.210)	-	-	180.936	(85.504)
PAMA	95.624	(15.664)	-	38	7.948	(21.679)
PBS	342.323	(14.181)	190	140	29.538	(76.883)
VISÃO	61.189	(324)	341	346	5.279	(25.159)
PREV	106.150	(1.707)	171	3.849	9.218	(37.837)
<b>TOTAL</b>	<b>2.742.008</b>	<b>(138.006)</b>	<b>702</b>	<b>7.489</b>	<b>232.919</b>	<b>(247.062)</b>

	2012			2011		
	Valor justo dos ativos do plano em 01.01.12	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes verdadeiras no exercício	Contribuições do patrocinador no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros
PBS-A	1.882.195	(101.793)	-	-	243.033	113.287
PAMA	93.287	(14.821)	-	39	10.847	(6.272)
PBS	294.602	(13.323)	270	136	35.944	(24.694)
VISÃO	108.793	(1.322)	180	362	13.392	(63.475)
PREV	73.689	(1.606)	113	3.721	9.001	(21.226)
<b>TOTAL</b>	<b>2.452.566</b>	<b>(132.865)</b>	<b>563</b>	<b>7.523</b>	<b>312.217</b>	<b>102.004</b>

## g. Resultados previstos para o exercício de 2014

	2013			2012		
	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o valor de passivo/ativo de benefício definido líquido	Total	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o valor de passivo/ativo de benefício definido líquido	Total
CTB	89	5.012	5.102	89	5.012	5.102
PAMA	34.679	34.590	69.269	34.679	34.590	69.269
PBS	(576)	(140)	(716)	(576)	(140)	(716)
VISÃO	(778)	260	(518)	(778)	260	(518)
PREV	(1.001)	244	(757)	(1.001)	244	(757)
<b>Total</b>	<b>2.564</b>	<b>37.491</b>	<b>40.055</b>	<b>2.564</b>	<b>37.491</b>	<b>40.055</b>

## h. Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2014

	2013			2012		
	Contribuições das patrocinadoras	Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	Total	Contribuições das patrocinadoras	Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	Total
CTB	41	5.245	5.286	41	5.245	5.286
PAMA	-	-	-	-	-	-
PBS	1.128	-	1.128	1.128	-	1.128
VISÃO	1.107	-	1.107	1.107	-	1.107
PREV	1.023	-	1.023	1.023	-	1.023
<b>Total</b>	<b>3.299</b>	<b>5.245</b>	<b>8.544</b>	<b>3.299</b>	<b>5.245</b>	<b>8.544</b>

## i. Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
PBS-A	12,75 anos	10,45 anos	12,75 anos	10,45 anos
CTB	11,32 anos	9,27 anos	11,32 anos	9,27 anos
PAMA	16,01 anos	15,73 anos	16,01 anos	15,73 anos
PBS	15,01 anos	12,34 anos	15,01 anos	12,34 anos
VISÃO	8,29 anos	10,01 anos	8,29 anos	10,01 anos
PREV	13,62 anos	11,65 anos	13,62 anos	11,65 anos

## j. Premissas atuariais

Plano	2013						Rotatividade
	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade para a aposentadoria	Idade prevista para a aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	
PBS	6,18%	N/A	4,5%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A
VISÃO	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A
PREV	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A
CTB	6,18%	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A
PAMA	N/A	7,64%	N/A	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A

Além das premissas acima, para 2013 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 4,5%;

- Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido: 10,77%;

- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;

- Crescimento dos custos médicos por idade (aging factor): 4%; e

- Método atuarial: PUC

Plano	2012						Rotatividade
	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade para a aposentadoria	Idade prevista para a aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	
PBS	6,18%	N/A	4,5%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A
VISÃO	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A
PREV	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A
CTB	6,18%	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A
PAMA	N/A	7,64%	N/A	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A

Além das premissas acima, para 2012 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 4,5%;

- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;

- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;

- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;

- Tábua de mortalidade de válidos: AT2000 segregada por sexo;

- Tábua de mortalidade de inválidos: IASP-57

- Crescimento dos custos médicos por idade (aging factor): 4%; e

- Método atuarial: PUC

Plano	2012						Rotatividade
	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade para a aposentadoria	Idade prevista para a aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	
PBS	6,18%	N/A	4,5%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A
VISÃO	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A
PREV	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A
CTB	6,18%	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A
PAMA	N/A	7,64%	N/A	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e demográfica, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev, o qual aprovou as novas premissas em seu Conselho deliberativo. As premissas que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são:

- Tábua de mortalidade de válidos

- Tábua de mortalidade de inválidos

- Tábua de entrada em invalidez

- Índice de rotatividade

- Premissas Financeiras:

- Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido

	2012			2011		
	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,77%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 11,27% (aumento de 0,5%)	Variação observada pela alteração das premissas atuariais	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,77%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 11,27% (redução de 0,5%)	Variação observada pela alteração das premissas atuariais
PBS-A	1.208.268	1.413.289	(205.021)	1.208.268	1.413.289	(205.021)
CTB	49.158	56.715	(7.557)	49.158	56.715	(7.557)
PAMA	387.460	458.178	(70.718)	387.460	458.178	(70.718)
PBS	205.949	236.998	(31.049)	205.949	236.998	(31.049)
VISÃO	9.634	33.059	(23.425)	9.634	33.059	(23.425)
PREV	28.247	53.710	(25.463)	28.247	53.710	(25.463)
<b>Total</b>	<b>1.888.716</b>	<b>2.251.949</b>	<b>(363.233)</b>	<b>1.888.716</b>	<b>2.251.949</b>	<b>(363.233)</b>

## l. Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que a premissa atuarial significativa, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderia alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido é a taxa de desconto utilizada para ajustar a valor presente do passivo de benefício definido. Para análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajustar a valor presente do passivo de benefício definido:

	2012			2011		
	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,77%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 11,27% (aumento de 0,5%)	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,27% (redução de 0,5%)	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,77%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 11,27% (aumento de 0,5%)	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa de 10,27% (redução de 0,5%)
PBS-A	1.208.268	1.157.255	1.263.514	1.208.268	1.157.255	1.263.514
CTB	49.158	47.323	51.134	49.158	47.323	51.134
PAMA	387.460	365.071	412.143	387.460	365	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Consolidado					Consolidado					Efeito acumulado	
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo	Indexador	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber (a pagar)	31.12.13	31.12.12
<b>Passivos Financeiros</b>												
<b>Circulante</b>												
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 18.1)	-	1.000.082	-	-	1.000.082	1.232.480		(2.083.238)	(1.412.838)	(1.509.659)	(66.145)	(55.545)
Debêntures (nota 18.2)	-	468.624	-	-	468.624	521.057		(381.230)	(181.230)	(180.418)	(7.574)	(3.765)
Operações com derivativos (nota 36)	1.327	-	49.835	51.162	51.162	51.162		(2.464)	(7.744)	(7.335)	(21.336)	(3.788)
Operações com derivativos (nota 36)	-	-	-	-	-	-		-	(258.900)	-	(287.686)	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-		(100.000)	-	(98.891)	-	-
Santander	-	-	-	-	-	-		(487.169)	(418.077)	(537.975)	(463.910)	(21.932)
Itaú	-	-	-	-	-	-		(208.454)	(103.680)	(215.479)	(105.893)	(2.855)
JP Morgan	-	-	-	-	-	-		(460.714)	-	(456.982)	(13.240)	-
Santander	-	-	-	-	-	-		(443.207)	(443.207)	(454.309)	(14.029)	(13.149)
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-		(224.911)	(179.533)	(309.221)	(238.422)	(3.125)
LIBOR US\$	-	-	-	-	-	-		(179.533)	(179.533)	(264.615)	(238.422)	(2.687)
Itaú	-	-	-	-	-	-		(5.709)	-	(5.811)	-	(65)
EUR	-	-	-	-	-	-		(24.139)	-	(23.366)	-	(373)
US\$	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Ponta ativa	-	-	-	-	-	-		-	-	-	419.151	327.387
Ponta passiva	-	-	-	-	-	-		-	-	-	(69.270)	(56.131)
<b>Total a receber, líquidos</b>											<b>349.881</b>	<b>271.256</b>

O objetivo da gestão de capital da Companhia e Controlada é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e Controlada administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e Controlada podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e Controlada incluem na estrutura de dívida líquida o saldo de: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota 18) operações com derivativos, deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 5) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

O índice de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

Consolidado	31.12.13	31.12.12
Caixa e equivalentes de caixa	6.543.936	7.133.485
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à dívida)	(8.343.761)	(7.669.252)
<b>Endividamento líquido</b>	<b>1.799.825</b>	<b>535.767</b>
Patrimônio líquido	42.894.442	44.681.120
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>4,20%</b>	<b>1,20%</b>

Caixa e equivalentes de caixa

Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos

(líquidos de aplicações financeiras em garantia à dívida)

Endividamento líquido

Patrimônio líquido

Índice de endividamento líquido

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a. **Risco de Taxas de Câmbio**

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013, 15,9% (19,9% em 31 de dezembro de 2012) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$ 1.394.523 e R\$ 1.586.711 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de derivativos de câmbio do risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 34.500 mil e € 2.490 mil a pagar em 31 de dezembro de 2013 e US\$ 16.130 mil e € 4.140 mil a pagar em 31 de dezembro de 2012) para minimizar seus riscos cambiais.

b. **Risco de Juros e Inflação**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internacionais, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$ 6.442.015 (R\$ 7.039.181 em 31 de dezembro de 2012), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. **Risco de Liquidez**

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto geral, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização *pro forma* e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário (provável e considerado a provável se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. Já a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira e, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetivos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente neutros. Para análises de sensibilidade, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade - Exposição Líquida

Operação

Hedge (ponta ativa)

Dívida em US\$

Hedge (ponta ativa)

Contas a pagar em EUR

Contas a receber em EUR

Hedge (ponta ativa)

Contas a pagar em US\$

Contas a receber em US\$

Hedge (ponta ativa)

Dívida em IPCA

Hedge (ponta ativa)

Dívida em UMBND

Hedge (ponta ativa)

Dívida em TJLP

Hedge (ponta CDI)

Hedge USD (ponta passiva)

Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)

Hedge UMBND (ponta passiva)

Hedge TJLP (ponta passiva)

Hedge IPCA (ponta passiva)

Exposição líquida total em cada cenário

Efeito líquido na variação do valor justo atual

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco

US\$

EUR

JPY

CDI

UMBND

URTJLP

Até um ano

Um ano até cinco anos

Mais de cinco anos

Total

37. COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e Controlada alugam equipamentos, instalações e diversas lojas, prédios administrativos e sites onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2013, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R\$ 5.847.391 e R\$ 10.302.962, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e sites sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes totais:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	1.742.852	2.416.820
Um ano até cinco anos	2.848.275	4.365.685
Mais de cinco anos	1.256.264	3.520.457
<b>Total</b>	<b>5.847.391</b>	<b>10.302.962</b>

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de fevereiro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos no montante de R\$ 1.043.000, com base nos lucros existentes no balanço do 4º trimestre de 2013, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se acharem inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 10 de março de 2014, inclusive. O pagamento desses dividendos terá início em 27 de março de 2014.

## DIRETORIA

Antonio Carlos Valente da Silva Diretor Presidente	Paulo Cesar Pereira Teixeira Diretor Geral e Executivo	Alberto Manuel Horcajo Aguirre Diretor de Finanças, Controle e de Relações com Investidores	Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário Geral e Diretor Jurídico	Giuliano Augusto de Melo Contador - CRC - 1MG-074.244/0-0 S-SP
---	---	--	--	---

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2013"), e considerando as informações prestadas pela Administração da Telefônica Brasil S.A. e pela Directa Auditores, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2013, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A., e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral de Acionistas da Telefônica Brasil S.A., nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014.

Flavio Stamm  
Conselheiro Fiscal (efetivo)Cremênio Medola Netto  
Conselheiro Fiscal (efetivo)Charles Edwards Allen  
Conselheiro Fiscal (suplente)

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, assim como estabelecido pelo Estatuto Social da Telefônica Brasil S.A. como sendo de sua competência, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2013") e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil S.A. e pela Directa Auditores, bem como o parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Membros do Comitê de Auditoria e Controle sobre a proposta de destinação do resultado do exercício de 2013, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A., e determinam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Telefônica Brasil S.A., nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014.

Antonio Carlos Valente da Silva  
Presidente do Conselho de Administração  
Santiago Fernández Valbuena  
Vice-Presidente do Conselho de AdministraçãoAntonio Gonçalves de Oliveira  
Conselheiro de Administração  
Francisco Javier de Paz Mancho  
Conselheiro de AdministraçãoEduardo Navarro de Carvalho  
Conselheiro de Administração  
José Fernando de Almansa Moreno-Barreda  
Conselheiro de AdministraçãoPaulo Cesar Pereira Teixeira  
Conselheiro de Administração  
Luciano Carvalho Ventura  
Conselheiro de AdministraçãoLuiz Javier Bastida Barguen  
Conselheiro de Administração  
Roberto Oliveira de Lima  
Conselheiro de AdministraçãoLuiz Fernando Furlan  
Conselheiro de Administração  
Narcis Serra Serra  
Conselheiro de Administração

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da TELEFÔNICA BRASIL S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras e consolidadas da TELEFÔNICA BRASIL S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Opinião sobre as demonstrações financeiras obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TELEFÔNICA BRASIL S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TELEFÔNICA BRASIL S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação de investimentos

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da TELEFÔNICA BRASIL S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos

investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pela adoção do IFRS 11, o balanço patrimonial consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e foram informadas suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014.

Directa  
Auditores

CRC n° 2SP013002/0-3

Clóvis Alton Madeira

CTCRC n° ISP106895/0-1 "S"